

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**INSTITUTO MENINO MIGUEL**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

**MARIA ALESSA PEREIRA NEVES**

**PROTAGONISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA FINANCEIRA:  
INSTRUMENTOS PARA GARANTIA DA CIDADANIA E ACESSO A BENS E  
SERVIÇOS DAS MULHERES DO GRUPO PAIF NO CRAS FREI DAMIÃO BUÍQUE**

ARCOVERDE-PE  
2023

MARIA ALESSA PEREIRA NEVES

PROTAGONISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA FINANCEIRA:  
INSTRUMENTOS PARA GARANTIA DA CIDADANIA E ACESSO A BENS E  
SERVIÇOS DAS MULHERES DO GRUPO PAIF NO CRAS FREI DAMIÃO BUÍQUE

Monografia apresentada ao Instituto Miguel, da  
Universidade Federal Rural de Pernambuco, como  
requisito para obtenção do título de Especialista em  
Gestão de Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Maximiliano Carneiro da Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

N518p

NEVES, Maria Alessa Pereira

PROTAGONISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA FINANCEIRA: INSTRUMENTOS PARA GARANTIA DA CIDADANIA E ACESSO A BENS E SERVIÇOS DAS MULHERES DO GRUPO PAIF NO CRAS FREI DAMIÃO BUÍQUE / Maria Alessa Pereira NEVES. - 2023.

53 f.

Orientador: Maximiliano Carneiro da Cunha.

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em Gestão Pública, Recife, 2023.

1. Protagonismo das mulheres . 2. Participação social. 3. Geração de renda. I. Cunha, Maximiliano Carneiro da, orient.  
II. Título

CDD 350

---

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção de título de Bacharel em Gestão e Políticas Sociais. Qualquer citação atenderá as normas de ética científica.

---

Maria Alessa Pereira Neves

Monografia apresentada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Orientador: Prof. Maximiliano Carneiro da Cunha

---

1ª Examinadora: Prof.ª Valéria Guedes

---

2ª Examinadora: Prof.ª Anabel Guedes Pessoa Nolasco

---

Coordenadora: Prof.ª Valéria Guedes

A todas as mulheres que foram desacreditadas, caladas, usurpadas, culpabilizadas e contra todos ou a maioria seguiu, as que sofrem e ainda não se percebem nesse lugar, que despertem ou sejam despertadas, nunca é tarde para encarar a luta, por aquelas que morreram por conta do machismo e dessa sociedade patriarcal, pelas que deram sua vida pela causa, por vocês e por todas continuaremos lutando, que nada te defina; lute, busque, sonhe, voe.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser meu amparo me dá força e colocar pessoas no meu caminho que acreditaram em mim mais do que eu.

À minha mãe Reginalda por ser meu maior exemplo de força, resistência e resiliência.

À minha filha Soffya que é minha maior inspiração para lutar todos os dias por um mundo mais digno e justo, sendo minha motivação de não desistir apesar das adversidades, és meu maior amor.

Aos meus irmãos que dividiram comigo tantas histórias e vem auxiliando na minha jornada acadêmica e na reta final desse trabalho foram essenciais em especial (Alcides e Alice), meus sobrinhos que buscando minha atenção durante vários dias que me debrucei na construção desse trabalho se ofereciam para estudar comigo (Théo, Luís, Yasmin) tia ama muito vocês.

Ao meu namorado Felipe, pela paciência, parceria e cuidado em mais uma jornada acadêmica, meu amor, respeito e gratidão por tudo.

Aos amigos que me incentivaram, ouviram e acolheram nesse período e me dão a certeza que não se constrói nada sozinho, não vou citar nomes para não cometer gafes e esquecer alguém, mas se cheguei até aqui com certeza tem um pouquinho de cada um.

A Sra. Irailda Leandro por me dá oportunidade em um momento tão necessário e por me apresentar os movimentos sociais, isso mudou minha forma de ver e me colocar no mundo me aproximando mais do que eu quero ser e representar na sociedade.

Ao meu psicanalista Daniel Lima que vem me auxiliando no processo de autoconhecimento.

Ao CAPACITASUAS que foi a ponte que me trouxe a essa especialização.

Ao instituto Miguel pela oportunidade de ingressar nessa especialização.

Aos mestres que com seus múltiplos saberes me fizeram sair dessa jornada querendo fazer do mundo um lugar melhor, através da minha atuação profissional e de instigar no outro esse desejo através do conhecimento.

Ao meu orientador pela paciência, compreensão e incentivo na construção desse trabalho, sem seu auxílio não teria conseguido concluir essa fase tão importante, imensamente grata por tudo.

Aos meus colegas de turma pelos debates, trocas de vivências, angústias e esperança.

À Lucineide Maria Miranda da Silva (*em memória*) mulher negra, pobre usuária do CRAS Frei Damião, vítima de feminicídio e aos seus três filhos hoje órfãos, que representam tantas famílias que são brutalmente afetadas por uma sociedade machista e patriarcal que vê as mulheres como um objeto de sua posse e as invisibiliza principalmente as pretas e pobres.

## **EPIÍGRAFE**

Já me perdi tentando me encontrar

Já fui embora querendo nem voltar

Penso duas vezes antes de falar [...]

Sempre fiquei quieta, agora vou falar

Se você tem boca, aprende a usar [...]

Me perdi pelo caminho

Mas não paro, não

Já chorei mares e rios

Mas não afogo, não

Sempre dou o meu jeitinho

É bruto, mas é com carinho

Porque Deus me fez assim

Dona de mim

Deixo a minha fé guiar

Sei que um dia chego lá

Porque Deus me fez assim

Dona de mim

Já não me importa a sua opinião

O seu conceito não altera a minha visão

Foi tanto sim que agora digo não [...]

Quero saber sobre o que me faz bem

Papo furado não me entretém

Não dê limite que eu quero ir além

Porque a vida é louca, mano, a vida é louca.

[...] Iza (2018)

## RESUMO

Este trabalho aborda a desigualdade de gênero e a vulnerabilidade das mulheres, explorando fatores como o desemprego, subempregos, cultura patriarcal e falta de consciência crítica sobre os papéis impostos às mulheres. O estudo enfoca a importância de pensar o protagonismo e a autonomia feminina, por meio de ações que gerem renda e proporcionem espaços de reflexão e debate para as mulheres. O capítulo I apresenta um memorial, trazendo histórias de vida e trajetória profissional do autor, destacando a contribuição de autores, filmes, documentários e matérias do curso de especialização para a construção do projeto de intervenção. No capítulo II, é apresentada uma reflexão sobre o patriarcado e sua influência na vida das mulheres, comprovando a desigualdade de gênero por meio de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando a vulnerabilidade das mulheres do grupo PAIF do CRAS Frei Damião e sua cultura, e como isso pode levar à subalternização de um grupo em detrimento de outro. O projeto de intervenção propõe trabalhar oficinas com materiais recicláveis, fornecendo possibilidade de acesso à renda e espaços de discussão sobre o protagonismo da mulher na sociedade, promovendo o autoconhecimento e participação social mais atuante e eficaz. A metodologia utilizada consistiu em uma abordagem descritiva aliada à revisão literária de materiais apresentados durante o curso de especialização no primeiro momento e, no segundo momento, em uma revisão literária aliada a uma abordagem quali-quantitativa baseada em dados e estatísticas, utilizando o método hipotético-dedutivo. O estudo sugere ações que possam intervir nas desigualdades enfrentadas pelas mulheres, especialmente aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, buscando promover uma maior igualdade de gênero e incentivando o protagonismo e a autonomia feminina para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país.

**Palavras-chave:** Protagonismo das mulheres, participação social; geração de renda.

## **ABSTRACT**

This work aims to address gender inequality and the vulnerability of women, exploring factors such as unemployment, underemployment, patriarchal culture, and lack of critical awareness about the roles imposed on women. The study focuses on the importance of thinking about women's agency and autonomy, through actions that generate income and provide spaces for reflection and debate for women. Chapter I presents a Memoir, bringing up life stories and professional trajectory of the author, highlighting the contribution of scholars, films, documentaries, and articles from the specialization course to the construction of the intervention project. In Chapter II, a reflection on patriarchy and its influence on women's lives is presented, proving gender inequality through data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), highlighting the vulnerability of women in the PAIF group of the CRAS Frei Damião and their culture, and how this can lead to the subordination of one group over another. The intervention project proposes to work with workshops using recycled materials, providing access to income and spaces for discussion about women's agency in society, promoting self-awareness and more active and effective social participation. The methodology used consisted of a descriptive approach combined with a literature review of materials presented during the specialization course in the first instance and, in the second instance, a literature review combined with a qualitative-quantitative approach based on data and statistics, using the hypothetical-deductive method. The study suggests actions that can intervene in the inequalities faced by women, especially those living in situations of vulnerability, seeking to promote greater gender equality and encouraging women's agency and autonomy to contribute to the country's economic and social development.

Keywords: Women's' protagonism; social participation; income generation.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SESC – Serviço Social do Comércio

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UBM – União Brasileira de Mulheres

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 CAPÍTULO I - MEMORIAL .....	14
2.1 Um pouco da minha história.....	14
2.2 As disciplinas: inquietações e aprendizados.....	17
2.2.3 Direitos Humanos e Políticas Públicas .....	20
2.2.4 Desigualdades, Políticas Públicas e Cidadania.....	21
2.2.5 Monitoramento e Avaliação.....	23
2.2.6 Gestão Estratégica .....	24
2.2.7 Política Estadual de Assistência Social .....	25
2.2.8 Política de Seguridade e Desenvolvimento Social .....	26
2.2.9 Participação, Controle e Gestão Social .....	27
3 CAPÍTULO II - CONCEITUAL .....	29
3.1 Papéis ocupados pela mulher na sociedade ontem e hoje e a influência do patriarcado....	29
3.2 Apanhado histórico de acontecimentos e direitos das mulheres no Brasil.....	31
3.3 Proteção Social Básica, CRAS e PAIF .....	34
3.4 As mulheres do CRAS Frei Damião .....	35
3.5 Trabalho e Renda, Participação social, Protagonismo .....	37
4 CAPÍTULO III - PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	39
4.1 Tema e Resumo.....	39
4.2 Contextualização.....	39
4.3 Justificativa .....	41
4.4 Objetivos.....	43
4.4.1 Objetivo Geral.....	43
4.4.2- Objetivos Específicos;.....	43
4.5 Atividades .....	43
4.6 Metodologia .....	45
4.7 Resultados Esperados.....	47
4.8 Avaliação .....	47
4.9 Previsão do Cronograma .....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS .....	50

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende realizar uma reflexão sobre o papel ocupado pelas mulheres e os fatores que as vulnerabilizam, tais como desemprego, subempregos, cultura patriarcal e a falta da consciência crítica sobre os papéis impostos a elas. Além disso, enfoca a importância de pensar o protagonismo e autonomia dessas mulheres, através de ações que gerem renda proporcionando espaços de reflexão e debate para elas.

De início, é apresentado o capítulo I – Memorial, no qual faço um breve relato da minha caminhada, trazendo histórias de vida, acontecimentos marcantes e trajetória profissional até hoje. Em seguida, discorro sobre os conteúdos apresentados em sala de aula, destaco a contribuição de autores, filmes, documentários e pontos marcantes do percurso da especialização, ressaltando em alguns momentos o aporte de algumas matérias para construção do projeto de intervenção.

No capítulo II deste trabalho, é apresentada uma breve reflexão sobre o patriarcado e sua influência na vida das mulheres. Para comprovar a desigualdade de gênero, são utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que enfatizam a realidade das mulheres do grupo PAIF do CRAS Frei Damião, suas vulnerabilidades e cultura, mostrando como isso pode levar à subalternização de um grupo em detrimento de outro.

Foram feitas considerações sobre como as mulheres ocupam, em sua maioria, cargos com menor destaque, vulnerabilidade das mulheres negras em todos os aspectos, disparidade salarial mesmo com maior nível de escolaridade e a baixa participação feminina na política. Foi destacada também a importância da participação das mulheres nos espaços de poder e, além disso, feito um levantamento das legislações relacionadas às mulheres, que devido a um sistema de justiça falho não garante a efetivação da lei, demonstrando a relevância da discussão, uma vez que ainda estamos buscando a garantia efetiva do direito à vida.

O projeto de intervenção traz como proposta a ideia de trabalhar oficinas com materiais recicláveis, fornecendo possibilidade de acesso à uma renda que, atrelada a um espaço de discussão sobre o protagonismo da mulher na sociedade, pode trazer autoconhecimento e participação social mais atuante e eficaz,

No primeiro momento do trabalho, utilizou-se uma abordagem descritiva aliada à revisão literária de materiais apresentados durante o curso de especialização. Já no segundo momento, optou-se por uma revisão literária aliada a uma abordagem quali-quantitativa baseada em dados e estatísticas, utilizando o método hipotético-dedutivo a partir do pressuposto

de que o patriarcado e a negação de direitos ampliam a desigualdade entre homens e mulheres, enquanto o incentivo ao protagonismo e à autonomia feminina diminuem essa lacuna.

A relevância deste trabalho é significativa, pois não se limita a uma contribuição teórica, mas sim propõe uma transformação real na sociedade. Com base em conceitos importantes e embasamentos científicos, este estudo sugere ações que possam intervir nas desigualdades enfrentadas pelas mulheres, especialmente aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, busca-se promover uma maior igualdade de gênero, incentivando o protagonismo e a autonomia feminina, a fim de que as mulheres possam desempenhar plenamente seu papel na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

## **2 CAPÍTULO I - MEMORIAL**

O objetivo deste memorial é trazer um breve relato da minha história e formação acadêmica e uma síntese dos debates oportunizados nas aulas síncronas, fundamentadas a partir dos aportes teóricos e sugestões de documentários, músicas, imagens, filmes e reflexões feitas a partir destes materiais didáticos. Foi um grande desafio sintetizar um pouco dessa experiência vivenciada neste período, diante da riqueza do que foi apresentado.

### **2.1 Um pouco da minha história**

Nasci na cidade de Arcoverde e pouco tempo depois, minha mãe, buscando uma vida melhor como tantos nordestinos, pegou os dois filhos e foi para cidade grande, São Paulo. Lá, moramos na favela à beira de um rio. Ainda tenho lembranças de quando durante o dia tínhamos que entrar às pressas, deitar e ficar conversando baixinho (estava tendo tiroteio na favela) e, por mais de uma vez, quando chovia, o rio enchia e perdíamos tudo. Já com quatro filhos, mãe solteira e vendo que a cidade grande não tinha tanto assim para oferecer, fomos embora. Moramos alguns meses em Brasília e depois viemos para o nordeste. Saímos da cidade grande, com seus ônibus, trem e metrô, para morar numa casa que não tinha sequer energia elétrica.

Algum tempo depois fomos morar em um distrito chamado Vila do Carneiro, no município de Buíque. Foi lá que comecei a estudar, já um pouco atrasada, devido a tantas mudanças. Comecei na antiga alfabetização e ao final do ano letivo eu já sabia ler. Com isso pude adentrar novos mundos, conhecer histórias lindas, descobrir coisas interessantes e viajar nos meus sonhos através dos livros.

A leitura me fascinou porque nas histórias nada era impossível e mesmo que fosse, depois de alguns tropeços se tornava real. O primeiro livro que ganhei foi cinderela. Acredito que tenha influenciado meu gosto por sapatos. Era uma história perfeita de uma menina maltratada de quem os outros riam. Ela trabalhava enquanto os outros se divertiam. Porém, ela encontra uma fada madrinha que lhe dá um belo vestido, sapatos de cristal e ainda transforma abóbora em carruagem. Seria perfeito não fosse as doze badaladas do relógio que traz a realidade de volta.

Morar em um lugar pequeno tem suas vantagens e desvantagens, principalmente quando a cultura é conservadora. Sendo a segunda de seis filhos, de uma mulher negra, mãe solteira, agricultora foi difícil. Eu carregava o fardo de ser filha sem pai, com vários irmãos e que não usava roupas da moda. As pessoas me davam vários adjetivos, mas não me identificavam pelo meu nome e fui vivendo com isso, lidando da forma que dava. Quando falavam de mim eu me

calava e chorava. Mas, quando mexiam com um dos meus irmãos, aí eu virava uma onça, pois aprendi com minha mãe.

Meu sonho de criança era ser juíza. Nas novelas todos tinham que ouvi-la e quando falava e ela era a mais respeitada. às vezes me perguntavam o que eu queria ser e ao responder riam de mim. depois de um tempo preferi não dizer mais. Aos onze anos tive meu primeiro “emprego”. Era babá e cuidava de duas crianças. Minha mãe não gostou da ideia da filha dela ir para cozinha dos outros, mas ela não podia me dar as coisas que eu queria, então acabou cedendo. Em seguida, para ajudar na renda da família, eu pegava uma carroça de mão e saía de porta em porta vendendo verduras. Dessa vez não foi bem uma escolha, pois eu não gostava muito. Mas a necessidade obrigou. Aos treze trabalhei como cuidadora de uma senhora que tinha depressão e aos quinze engravidei. Nessa época, a única opção de trabalho que consegui foi de doméstica.

Com a gravidez, me questionava como ficariam meus sonhos, meus planos de ser juíza, respeitada por todos. Acabou tudo? “Você acabou com sua vida” foi a frase que mais ouvi e os planos iam ficando de lado. Os julgamentos só aumentavam e a vida ficou mais difícil. Agora eu era uma adolescente grávida, mãe solteira, que acabou com sua vida. A burra que não se preveniu e mais uma vez vários adjetivos para me nomear.

As mudanças começaram. Mudei de turno para evitar os olhares, as perguntas idiotas e os comentários desnecessários. Estudar a noite é bem diferente, já que uns estão cansados do trabalho enquanto outros vão só por ir. Outros já mudaram de turno porque bagunçam demais e os professores já estão no terceiro turno não têm mais o mesmo gás. Assim, se você tiver um rendimento de 30%, parabéns, você conseguiu muito.

Ao término do Ensino Médio, segui estudando como dava, cursinho, estudava em casa, fazia concurso. Ingressei na faculdade em 2016 e percebi como o Ensino a Distância era raso. Em 2017 tomei posse de um concurso na função de merendeira no município de Buíque e fui trabalhar em uma escola na zona rural. Sempre vi a educação como resposta para muitas das mazelas sociais e via no ambiente escolar um importante instrumento para isso. mas trabalhando no dia a dia desde lugar, pude perceber como aquele também pode ser um espaço castrador, onde se reproduz, desigualdade e a segregação e por um tempo a educação me frustrou. Na verdade, alguns atores que atuavam nesse meio.

Em 2020 concluí minha graduação em Serviço Social. Durante meu percurso, fiz estágio na proteção social básica Centro de Referência da Assistência Social CRAS-Frei Damião, onde tive a oportunidade de ter como supervisora de campo uma profissional que além de entender de leis e normas, tinha a ética e o acolhimento como chaves em sua atuação. Meu trabalho de

conclusão de curso versou sobre os novos arranjos familiares e a atuação do assistente social na diminuição de suas vulnerabilidades, por acreditar que a nossa atuação pode impactar de forma positiva ou negativa a vida de outros, bem como na viabilização e acesso a direitos, bem como dificultá-los.

Tive a oportunidade de atuar em 2021 como técnica de ensino superior desse mesmo CRAS que estagiei e fui voluntária da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Buíque APAE. Em 2022, me tornei coordenadora do CRAS onde comecei. Minha compreensão da profissão que escolhi e meu desejo de fazer o melhor que pudesse dentro das minhas competências e das normas aumentaram, pude ouvir ainda mais histórias e enxergar não a pobreza do povo e sim o quão são fortes e precisam de oportunidades.

Em 2016 entrei para os movimentos sociais, me identificando com a inquietação de outras mulheres que percebiam que temos leis, ocupamos algum espaço, mas que isso ainda não era o suficiente. No período de 2018 a 2021 fui coordenadora da União Brasileira de Mulheres (UBM) da cidade de Arcoverde-PE, a qual é uma instituição sem fins lucrativos, apartidária, que trabalhava com o empoderamento feminino. Lutamos contra todas as formas de opressão aos Direitos Humanos e Sociais e para que o acesso a direitos seja garantido, mergulhando mais ainda nessa causa, participando ativamente de conferências, conselhos do Fórum Social Mundial em 2018. Há uma certa magia nesses ambientes, pois mesmo cansadas e frustradas a cada encontro, cada relato e reflexão renovamos nossas esperanças e forças, porque relembramos que não estamos só.

Falar do espaço da mulher na sociedade, suas demandas e vulnerabilidades é algo que me inquieta e me representa. Posso não conhecer todas, mas já conheci algumas e sei o quanto essa sociedade pode ser cruel e limitar uma mulher. E, quanto mais vulnerável ela for, mais fácil é de ser manipulada, o que me gera indignação já que senti e sinto na pele todos os dias essas limitações.

Sendo mãe solo e tendo engravidado na adolescência, me deparei dentro do movimento e na minha atuação com mulheres com histórias parecidas e outras ainda mais complexas que a minha. E ouvi-las discutir sobre todas as opressões que sofremos, os riscos e da nossa necessidade de união para reivindicação dos nossos direitos, me inspira e me faz acreditar que sim, é possível um mundo mais justo onde nossa voz pode ser ouvida e respeitada. Que o incentivo à busca do autoconhecimento e do senso crítico é essencial para lidar com essa cultura machista e patriarcal que nos limita, desde o vestir, acesso aos espaços de poder e até o direito à vida.

Entrar nessa especialização foi um mergulho profundo, profissional e pessoal, pois saio com muitas respostas. Contudo, também com muitos questionamentos, com sentimento de inquietude, entendendo que preciso fazer mais e melhor aplicando os conhecimentos que adquiri e pensando, quem sabe, um dia poder realizar um mestrado.

Sou imensamente agradecida aos mestres que partilharam um pouco de seu conhecimento, aos colegas que dividiram suas vivências, angústias e seus saberes. Me senti menos só. A todos os envolvidos direta e indiretamente nesse processo, a maior revolução é o conhecimento; o de si e o do mundo que nos cerca.

Se na minha atuação, eu conseguir despertar, pelo menos em uma menina, a esperança do verbo esperar, de ser mais do que querem nos determinar e ela poder seguir, apesar de todos os desafios, terei cumprido assim meu papel, pois ainda hoje ecoam as vozes que duvidavam de mim. Mas, eu escolhi trilhar o caminho dos que acreditemos. A menina que tinha um monte de irmãos, babá, cuidadora, doméstica, faxineira, menina da cozinha, merendeira, a que não tem pai e mãe solteira, também se tornou assistente social, terapeuta integrativa, feminista e coordenadora de uma entidade e de um CRAS. Todos esses adjetivos dizem um pouco da minha história, mas nada me define. a única certeza que tenho é que eu escolhi ser transformação e resiliência e desejo que outras mulheres também sejam o que elas quiserem ser. GRATIDÃO POR TUDO E POR TANTO.

## **2.2 As disciplinas: inquietações e aprendizados**

Aqui discorro sobre as pérolas adquiridas nessa jornada de grande aprendizado, transformação, reflexão e autoconhecimento, ou seja, as disciplinas que foram tão importantes para a minha formação nessa nova etapa de minha vida.

### **2.2.1 Metodologia de Pesquisa**

Entende-se Metodologia como o estudo do método para se buscar determinado conhecimento. Demo (2003, p. 19) diz que Metodologia “(...) é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. (ARAGÃO,2017,p.10, apud DEMO, 2003, p.19)

Ter Metodologia como uma das primeiras disciplinas inicialmente me pareceu precipitado, mas logo na primeira aula desfiz essa ideia ficando impressionada como a professora nos conduzia com paciência e sabedoria. Tivemos muitos debates quanto ao tipo de trabalho de conclusão de curso, por conter um projeto de intervenção, e fomos orientados

inúmeras vezes quanto a intenção daquele tipo de trabalho e a maneira de fazê-lo. Particularmente, desde o primeiro momento em que vi que tínhamos um projeto de intervenção, isso me estimulou mais ainda, pois o campo teórico é essencial. Porém, é preciso pensar para além dele. Não bastam ideias, é preciso ação!

No início, confesso que achei o meu projeto de intervenção óbvio e pensei em mudá-lo. Porém, à medida que as aulas foram acontecendo vi que precisava de alguns ajustes, já que meu tema tem sua relevância. Fiquei encantada com a forma que a professora nos passou o conteúdo, a riqueza dos materiais didáticos por ela apresentada e como, de fato, as coisas foram se encaixando. Discutimos como é preciso um planejamento adequado e uma visão ampliada, mas sem a perda do foco. É uma colcha de retalhos, como foi exemplo usado pela docente durante o percurso da formação. Cada aula, cada novo material postado, cada debate feito foi costurando novos saberes. Alguns conceitos desconstruídos, outros reconstruídos, como um ponto mal dado que precisa ser desfeito e refeito até se chegar à construção deste trabalho.

Lembro das reflexões sobre a importância do legado que deixamos ao escrever e de como essa ação nos transforma e transforma também nosso meio. ‘Registro logo existo’, fala de uma colega durante a aula, nos levou a uma reflexão do quão ricos são nossos conhecimentos e vivências e de como isso se perde pela nossa não cultura de documentar, registrar, colocar no papel. Como nosso meio dificulta também esse processo, visto que nossas jornadas de trabalho, nossa distância do meio acadêmico e até as más experiências nos levam de encontro a colaborar cientificamente e deixar nosso conhecimento no papel, na história. Levá-lo além, propagá-lo, fazendo com que alcance outras pessoas em tantos outros lugares. Nosso corpo tem seus limites físicos, mas há no papel a possibilidade de voar e há nas palavras a facilidade de se propagar.

É possível compreender que o projeto de intervenção é uma junção de vários fatores intelectuais, sociais e culturais, que nos possibilitam trazer uma visão sobre determinado tema e buscar intervir numa realidade de forma assertiva, não pelo viés do senso comum ou achismo e sim baseado em um diagnóstico, na nossa atuação e, principalmente, no desejo da mudança de um espaço onde estamos inseridos e temos o poder de intervir, mesmo que de forma sutil através do conhecimento do ambiente agregado com a ciência.

É necessário percebermos o real como uma teia de relações, como um sistema interligado de forças e influências. Um sistema interativo. Somente assim poderemos analisar corretamente os problemas colocados, tornando efetivas nossas análises, decisões e ações. É fundamental compreendermos a proposta como um todo, perceber suas inter-relações e interdependências, suas relações de causalidade e sua complexidade (CURY, 2001, P.40).

Não é possível enumerar qual matéria foi a mais importante, mas com certeza metodologia influenciou todas as outras. Ela enriqueceu minha atuação profissional, visto que reafirma a importância do planejamento e busca pelo aperfeiçoamento, ofertando algumas lições para a vida e trocas enriquecedoras, além de despertar a importância do registro do conhecimento para contribuir com a sociedade através dele.

### **2.2.2 Estado e Políticas Públicas**

Nessa disciplina, pudemos compreender os conceitos de Estado e governo. “O primeiro é uma comunidade política, que tem como elementos fundamentais, soberania, povo e território e exerce seu domínio sobre um determinado grupo de indivíduos” (COELHO; VIANA, 2021, p.36). Quanto ao Governo, ele é o resultado de disputas internas, através de eleições para definir quem governa o Estado por um determinado período, trabalhando para resolver os problemas da coletividade.

Uma compreensão aprofundada de políticas públicas, é trazida por Souza (2006), que cita definições de vários autores, dentre eles traz como mais conhecida a de Laswell, em que a política pública está para responder às questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Há uma referência também a Peters (1986), que entende política pública como atividades executadas pelo governo ou delegadas por ele, tendo estas influências na vida dos cidadãos. Januzzi (2022) diz ser este um dever do Estado devendo assegurar a vida em sociedade, atender e promover objetivos comumente almejados, buscando atenuar questões como fome, desigualdade, miséria, etc. Isto pode ser colocado também como atividade ou passividade de quem governa.

Pensar que não basta identificar um problema e jogar uma solução. É preciso um estudo continuado da questão, pois nem sempre a proposta vai ter o resultado esperado ou vai funcionar em todos os lugares. Por isso, é importante pensar também na territorialização, em cada espaço, cada povo e cada cultura pode reagir de uma forma de acordo com uma determinada ação. A fragilidade das políticas públicas muda conforme o governo e os valores daquele grupo. Não importa se o que está ali funciona ou não. Infelizmente, isto enfraquece aqueles que usufruem/dependem delas, já que a ideia central é apagar o que o outro fez, não se pensando em garantir o bem-estar do povo e sim na autopromoção do político ou do partido em vigor.

O Brasil vinha em processo de desenvolvimento desde os anos 2000 quando tivemos um governo com crenças, valores e ideais de desenvolvimento e inclusão social. O pobre podia fazer seu churrasco e tomar sua cerveja, fazer as três refeições diárias, ir para faculdade porque

mesmo em meio a um sistema capitalista e neoliberal, esse governo garantiu o mínimo de bem-estar social. Não foi perfeito, mas diminuiu minimamente as desigualdades.

Já quando nos deparamos com governos ultraconservadores, negacionista, o que se tem é alienação, *fake news*, mortes por descaso, falta de planejamento e avaliação, ausência de dados. Temos fome, violência e o aumento na lacuna das desigualdades e o pobre só tem direito a ser explorado e culpado por todas as mazelas impostas a ele. Estado, governo e política pública precisam estar alinhados, todos são necessários para melhor condução da coletividade e devem ser influenciados por aqueles que tenham objetivos que visem bem-estar e qualidade de vida a todos.

### 2.2.3 Direitos Humanos e Políticas Públicas

Inicialmente, o professor nos trouxe a proposta de trabalhar Direitos Humanos (DH) atrelado à saúde mental, dando ênfase aos adolescentes, mas não deixando de trazer outros grupos vulneráveis e o agravamento do adoecimento mental e da violação de DH pós Pandemia do Covid-19, refletindo a necessidade de pensar intervenções e políticas públicas nessas áreas.

Assistindo ao vídeo *Cicatrizes da Tristeza*, percebemos como a saúde mental dos nossos jovens está afetada, sendo o *bullying* agravante a esse fator. Quando os ouvimos, percebemos que as questões sociais, familiares, o entorpecimento deles e dos que estão ao seu redor estão atrelados a fuga para alívio das dores através das redes sociais, automutilação e isolamento, levam a um abismo de adoecimento mental. É um público que precisa de atenção e intervenção, já que estarão à frente da nossa sociedade, que futuro será esse com tantos jovens adoecidos. O *bullying* reflete traços da nossa sociedade como um todo, pois está imbuído da lógica binária, de acordo com os autores, Ferreira e Lira, 2021 que citam Castoriadis, 2011. Cria-se, então, relações verticalizadas, hierárquicas que resultam em vínculos abusivos, desrespeitosos e intolerância ao que não é igual, seja na cultura, religião, estética ética, etc.

Dentre os materiais didáticos sugeridos, me deparei com *O Holocausto Brasileiro*. Ele inquieta, visto que tantas violações aconteciam juntamente com uma inércia coletiva, acostumados, entorpecidos o que nos leva a ‘normalizar’ agressões, violações e seguir como se estivesse tudo bem. Ou até mesmo incomodados, ignorar naquele ambiente pessoas foram abandonadas pela família, pela instituição, pelo Estado e por toda sociedade. Me questionei o que desperta nossa ação, o que nos tira desse lugar de telespectador.

Aprofundamos o debate e voltamos a um questionamento: por que de as pessoas são violadas de diversas formas e não reagem? A fala do professor deu um norte sobre; como sair

da violência sem se perceber dentro desse meio, quando não se tem consciência de si e suas vivências seguem um certo padrão pré-estabelecido. Por que buscar mudança? Como ter consciência da necessidade de mudança se nos impõem mais do mesmo?

A didática trazida pelo professor Hugo possibilitou refletir não só através de leitura, mas também das músicas, documentários e vídeos, que estimularam um pensar mais aprofundado, fugindo do comum e expandindo nosso conhecimento de forma leve. Tratou-se da importância da quebra da fala tecnicista, que distancia as pessoas e dificulta seu acesso a direitos pela falta de entendimento que eles existem e que podem ser acessados. É preciso falar sobre discriminação, negação de direitos, dignidade, autoconhecimento e empoderamento, para que de fato os DH possam contemplar a todos.

Diante de tantas violações em DH e inúmeras demandas que merecem atenção, precisamos priorizar a saúde mental, falar sobre adoecimento e prevenção. Sabemos que a demanda existe, então agir é necessário. Essa ação não exige grandes feitos com impacto mundial. As vezes tenho a impressão de que não sabemos lidar com a singularidade, pois estamos sempre em busca do extraordinário. Hoje, mais que nunca, o extraordinário é se permitir experienciar um pouco de nós mesmo, sem todo peso da perfeição ou dos moldes que nos impõem. Apenas acolhendo, ouvindo, respeitando, conhecendo e explorando tudo o que somos, para depois fazer o mesmo com quem e o que nos cerca.

Os temas trabalhados contribuirão para ampliar o leque de temas que irão ser abordados no projeto de intervenção. Ao fim desta matéria fiquei com a inquietude de adentrar o mundo dos adolescentes ouvi-los, acolhê-los e pensar mais profundamente como podemos contribuir para construir com eles, como trabalhar com os usuários do serviço o autoconhecimento, a importância da saúde mental e principalmente a necessidade de experienciar a vida e ao fazê-lo vivenciar o melhor que ela puder nos oferecer e quando não o for que nos unamos e busquemos juntos esse melhor.

#### **2.2.4 Desigualdades, Políticas Públicas e Cidadania**

Nesta disciplina, trabalhamos o conceito de desmercantilização trazido por Zimmermann e Silva, (2009), e diferentes regimes de bem-estar social, além de olhar a história de construção do país e percepção de quanto questões como escravidão reverberam até hoje e influenciam nas desigualdades e dificuldade do acesso a cidadania. A desmercantilização analisa as políticas sociais e como esta possibilita autonomia e independência do sujeito, para

além do mercado dando ao sujeito liberdade de escolhas, ao invés de apenas aceitar o que lhe foi posto e que essas tenham qualidade garantindo bem-estar social.

Foram apresentados por Zimmermann e Silva, (2009), três regimes de bem-estar-social sendo estes:

O Liberal, que reforça a dependência do sujeito em relação ao mercado, este deve ofertar benefícios e serviços. O Conservador, que tem raízes na tradição do seguro social. Nesse regime os indivíduos, são subordinados apenas ao interesse das autoridades e instituições. E por fim, o Social-democrata, que tem por base o princípio universal de direito à cidadania. Não tem como fator a declaração de pobreza, objetiva maior independência e autonomia perante o mercado. Defende a atuação do Estado na oferta de benefícios e serviços e as soluções coletivas deixando de lado o individualismo.

Bem-estar social segundo Yazbek, (2008), é o bem-estar dos membros do Estado sendo garantido por este, para que tenham o mínimo necessário para sobrevivência, sendo usado para isso as políticas públicas. Para pensar políticas sociais é preciso levar em consideração as questões sociais presentes visando combatê-las, não basta ter políticas, leis, programas e projetos tudo no papel. É preciso ser palpável e ao mesmo tempo impactar, mas esbarramos em fatores como individualismo, neoliberalismo, a reinserção do terceiro setor ocupando o lugar do Estado e, assim, limitando o acesso a essas políticas. Tais fatores aumentam a desigualdade e a pobreza, deixando os sujeitos mais distante da tão sonhada cidadania que é tão falada e pouco vivenciada.

Embora diferentes, pobreza e desigualdade social se entrelaçam. Pobreza está ligada às privações a bens e serviços, à escassez e o não acesso a saúde, educação, moradia entre outros. Já a desigualdade é a má distribuição de renda, em que um pequeno grupo acumula a maior parte do capital, permitindo que alguns acessem o que irá lhe garantir cidadania e os outros terão que se contentar o mínimo ofertado pelo Estado nas políticas públicas, tendo que lidar com a cultura hierarquizada que estabelece e não aquele que oferta de acordo com as reais necessidades da população.

Para diminuição da pobreza e desigualdade, a cidadania precisa ser efetivada e uma grande ameaça para isso é o neoliberalismo, que visando a expansão do mercado e a diminuição da participação do Estado, estimula a concorrência e o individualismo ao invés de estimular a coletividade. Esses fatores geram segregação indo de encontro à cidadania, que vai além da aplicação de leis pré-estabelecidas, já que ela depende da inclusão social e política.

Essa disciplina contribuiu para melhor compreensão do conceito de cidadania, Estado de bem-estar social, bem como a diferença entre pobreza e desigualdade. Além disso, trouxe uma reflexão sobre a atual situação do nosso país e que para que a cidadania seja de fato um direito precisamos de inclusão. Para que ocorra a inclusão precisamos ter dimensão do que se tem, do que precisa ser feito e aperfeiçoado para isso são essenciais o;

### **2.2.5 Monitoramento e Avaliação**

A garantia de uma política efetiva passa necessariamente pelo monitoramento e avaliação essenciais para que haja um planejamento consistente, que responda à demanda que ali se apresenta. Sem elas ou sua devida aplicação, não se tem como mensurar benefícios o estrago que pode causar ou até onde pode chegar. Há, segundo Ramos e Schabbach (2012), várias definições de avaliação. Esses autores citam definição de Costa e Castanhar (2003) que vem dizer que avaliação é um estudo detalhado, objetivo de um projeto ou programa ainda em andamento ou já terminado. Visando entender se o impacto é positivo ou negativo, ela guiará quanto às necessidades de alteração, continuidade ou exclusão.

A avaliação é de suma importância para a gestão, eficiência, eficácia e efetividade das ações do Estado, visando melhor aproveitamento podendo ser utilizada em diversos momentos. Refletir sobre a avaliação antes de iniciar o projeto foi um conceito novo que veio contribuir para o meu projeto e minha atuação profissional. Geralmente se pensa na avaliação como processo final, pós projeto. Contudo, compreender também sua importância no antes serve para garantir efetividade, assim como o monitoramento que acontece de forma interna durante a execução e auxilia na avaliação que um projeto que pode dar certo por um tempo e depois não mais. Ou, dependendo do lugar, não será efetivo e que todas essas questões passam pela avaliação e pelo monitoramento foi de grande valia.

Compreender os conceitos de monitoramento e avaliação tornou possível debater em sala e refletir como a falta de ambos dificulta nosso trabalho e até intervenções viáveis em nossos campos de atuação. Existe uma cultura de não se registrar, além de um sistema arcaico para registro de informações. Diante de tantas demandas, muitas vezes não temos tempo hábil para documentar e como saber o que foi feito ou o que se precisa fazer se não temos dados. Em diversas vezes chegamos a um equipamento e não sabemos a história daquele lugar e o que já foi feito ali.

Assim, refletimos mais profundamente sobre a política de educação e nos foi apresentado dentre outros o documentário *Nunca me sonharam*. Diante de tantas teorias de

grandes pensadores, essa frase de Felipe Lima, um jovem estudante do Piauí que precisou aprender a sonhar sozinho, foi uma das que mais me marcou durante essa trajetória de aprendizado. Ela traz o peso da desigualdade, da sub-cidadania, da prisão mental, da qual somos trancafiados e muitos não conseguem se libertar. “Os pais do jovem só viam nele possibilidades de ser agricultor, no máximo vendedor, não um médico, psicólogo ou professor”. E isso não tem a ver com não desejar o melhor para o filho e sim com o que o que foram levados a acreditar. Não somos estimulados a acreditar em nós mesmos. Ao contrário, só nos oferecem culpas, fracassos e cobranças.

Repensar as imposições da educação e de como ela está sendo apresentada aos jovens, ouvi-los, acolhê-los, dá a eles a possibilidade de sonhar. Será que é tão difícil mudar a rota, buscar novos caminhos, algumas escolas são quase depósito de adolescentes, quantos vão apenas comer, ou para a mãe não perder o bolsa família, o lugar que deveria ser uma fábrica de sonhos é uma caixa de frustrações, são estudantes, professores, gestores todos frustrados?

A Educação é uma porta que nos leva a direitos, daí a importância de se investir nela. No documentário *Nunca Me Sonharam*, os jovens trazem suas angústias em relação ao descaso com eles, que vão desde à estrutura da escola, até decisões sobre eles sem ouvi-los, desconsiderando que são sujeitos de direito e que devem ter voz e vez. Sendo o futuro da nação, precisam de investimento, novas estratégias e oportunidades. É preciso compreender o que precisa, quem afeta, onde se executa, quais as alterações que precisam ser feitas, se resultados foram alcançados, se vai ser dado continuidade e quais impactos podem ser replicados. Todas essas perguntas são respondidas pelo monitoramento e a avaliação.

### **2.2.6 Gestão Estratégica**

Pensar o planejamento estratégico nas políticas públicas traz uma série de benefícios e possibilita ofertas que de fato atendam às necessidades. Desconstruir essa cultura verticalizada onde um pequeno grupo decide, sem qualquer diagnóstico, quais as demandas e a melhor maneira de saná-las se faz necessário.

Com as demandas contemporâneas é preciso ampliar a visão considerando o todo. Os velhos métodos que usavam caráter centralizador e verticalizado não são mais eficazes como dizem Pereira e Teixeira (2013). Não basta perceber que existe um problema e buscar uma resposta rápida para saná-lo. É preciso explorar o assunto, como surgiu, seus impactos estudar se ele precisa ser extinto ou diminuído, saber se gera outras demandas, para responder essas questões é preciso familiaridade com o ambiente.

A formação continuada, o entendimento do que de fato é um planejamento estratégico, que vai além da construção de um calendário de atividades e precisa considerar os múltiplos saberes, envolver vários atores fazendo com que a rede de fato funcione e atenda os sujeitos em seus múltiplos aspectos. Tudo isto é fundamental para se ouvir todos, dando ênfase a quem vive aquela realidade que precisa ser transformada e sabe de fato as dificuldades e potencialidade dali, potencializam a efetividade da intervenção. O planejamento está em constante movimento e vai exigir mudanças de rotas, precisará ser acompanhado de perto e não funcionará com efetividade se for construído fora de onde será executado.

Foi abordado os retrocessos vivenciados por todos nos últimos anos e muitos desses se deram pelas políticas momentâneas, que se alteram a cada mudança de governo. Estas foram planejadas de acordo com o pensamento daquele governante e não com base em um diagnóstico feito e um planejamento estratégico, diante das vulnerabilidades e desigualdades existentes. Muito menos foi pensado quais as potencialidades do povo, baseadas em uma visão de mundo que pode ser de desenvolvimento ou conservadora e castradora e, em sua maioria, baseada no achismo. E assim o povo segue padecendo pela falta de uma gestão estratégica efetiva e contemporânea.

### **2.2.7 Política Estadual de Assistência Social**

A metodologia das professoras e os debates em sala de aula foram enriquecedores. Jamais pensei que uma simples imagem pudesse dizer tantas coisas, me levando a refletir sobre meu olhar em cada intervenção e mostrando a importância de ouvir a percepção do outro. O mesmo cenário visto em ângulos diferentes conta histórias diversas que se complementam, tão importante quanto um olhar atento é uma escuta sensível ao que o outro tem a dizer.

Debatemos a função do Estado na educação permanente e como Pernambuco se destaca nesse aspecto, possibilitando aos trabalhadores do SUAS uma capacitação contínua e o fortalecimento da rede, ultrapassando as barreiras geográficas chegando do Litoral ao Sertão, transformando a vida de profissionais e usuários, pois quando unimos teoria e prática é que verdadeiramente a política acontece.

Tratamos das dificuldades de atuar no SUAS e da importância de se desprender de preconceitos e crenças limitantes e como estar capacitada, juntando teoria e prática, garante minimamente uma política social efetiva. Não salvaremos a pátria, mas é possível fazer aquilo que é de fato nossa competência, já que quando não sabemos o que temos que fazer, agimos através do senso comum, o que não é concebível em se tratando da vida de outrem.

Refletimos também sobre nossa influência dentro do território, pois precisamos falar a língua do povo e executar intervenções que ultrapassem a concessão de benefícios. Como fica nosso trabalho intersetorial e as famílias, já que “nem só de pão vive o homem”? Como andam a saúde, a educação e suas relações interpessoais? Esse sujeito conhece seu território, ele se reconhece como sujeito de direito ou, apenas se conforma com o que é imposto? Já foi ouvido ou só impuseram coisas a ele?

A política estadual precisa ser pensada, considerando que o financiamento é importante. Isto somado a gestores capacitados, pois não basta ser amigo do prefeito e primeira-dama. Só conhecendo a história da política de assistência, suas raízes assistencialistas, o processo de negação de direitos, fazendo diagnósticos, monitoramentos e avaliações com uma vigilância socioassistencial efetiva é que poderemos ter políticas e ações resolutivas.

Em muitos debates defendi como o financiamento das políticas é primordial, diante das discussões oportunizadas. Nas aulas da disciplina modifiquei minha percepção através da fala de um colega que trouxe a importância de saber gerir. Não adianta ter dinheiro e não saber gerenciá-lo, porque poder sem conhecimento gera caos e prejuízos, às vezes irreparáveis. A prova disso foram os últimos quatro anos de governo federal.

“Nosso olhar se altera de acordo com os conhecimentos que temos, a cultura que carregamos, o que temos e colocamos ao nosso redor” (JANELA, 2014). Em meio às dificuldades, precisamos buscar olhar além, os trabalhadores do SUAS precisam aprender a usar lentes para ver os usuários, para além do que está posto e não se contentar com uma forma de ver a pobreza, as desigualdades. É preciso ajustar as lentes para enxergar as potencialidades, apesar das limitações há sempre um novo jeito de olhar.

## **2.2.8 Política de Segurança e Desenvolvimento Social**

O *welfare state* em definição comum diz que é responsabilidade do Estado garantir o bem-estar básico dos cidadãos. No Brasil esse conceito começou efetivamente acontecer a partir da Constituição Cidadã de 1988, que trouxe a garantia de direitos à saúde, educação, assistência social, dentre outros. O acesso a essas políticas coloca os cidadãos no caminho deste estado de bem-estar social, mas há nesse percurso muitas pedras. A desigualdade social, a dificuldade de acesso, assim como a fragilidade das políticas de governo e dos profissionais que estão na efetivação das políticas, além da vulnerabilidade no que tange a participação popular efetiva e um incentivo ao individualismo, resulta na manutenção desse cenário de desigualdades.

Nosso país tem raízes profundas no clientelismo e assistencialismo que para além de dificultar no processo de desenvolvimento no passado, tem até hoje interferência considerável quando falamos em igualdade, acesso a serviços e benefícios, pois de um lado está o pobre que terá que se contentar com o que lhe for ofertado e que, muitas vezes, verá aquilo como um favor. Do outro lado, temos alguns poucos que detém o poder que o possibilitará ter acesso a bens e serviços de qualidade e também o poder de manipular a vida do que não tem o mesmo acesso.

Compreender como funciona o banco Comunitário, reafirma como a união do povo é capaz de transformar. Isto faz toda diferença no desenvolvimento de um território, o que não acontece do dia para noite, já que se trata de um processo que perpassa pelo acolhimento, empoderamento até chegar a um propósito. Ouvir uma história com uma trajetória de lutas e conquistas de um povo que não se abateu com as adversidades e sim se uniu contra elas, nos acende uma luz no fim do túnel, em um cenário de incertezas onde ações coletivas vêm sendo enfraquecidas e o individualismo colocado é tido como única alternativa de sobrevivência, tendo como consequência o aumento das questões sociais. Ver algo concreto com resultados tão positivos, nos faz acreditar que é possível mudar.

A união do Estado com serviços, políticas efetivas, profissionais capacitados e remunerados, o mercado dando oportunidade e explorando menos e principalmente o povo em coletivo trabalhando uns pelos outros todos juntos, podem fazer com que o acesso a bens e serviços aconteça, assim como a diminuição das desigualdades. É preciso ampliar a visão e multiplicar as boas ideias como a do Banco Palmas.

Essa matéria me auxiliou no sentido de ter despertado a esperança do verbo esperançar. Como dizia Paulo Freire, “esperançar” é se levantar, ir atrás, construir, é não desistir! É levantar e ir adiante, esperançar é juntar-se com os outros para fazer de outro modo. Saí dessa matéria acreditando que é possível! Meu projeto de intervenção não precisa ser uma utopia ou um sonho no papel. Com as ferramentas certas, união, dedicação, podemos sim construir com aquelas mulheres, levar esperança e despertá-las sobre seus direitos e da luta necessária para que sejam efetivados.

### **2.2.9 Participação, Controle e Gestão Social**

No Brasil a construção de democracia e cidadania se deram de maneira equivocada não alcançando a todos da mesma maneira, uma história carregada de empecilhos como escravidão, ditaduras geraram ainda mais desigualdades e mantém fora do alcance de grande parte da

população inúmeros direitos. Pelo histórico de subordinação, a maioria do povo não se vê detentor do direito de participar de decisões que dizem respeito a eles. Alguns sequer sabem que podem e os que sabem não se acham capazes de opinar. Tem ainda aqueles que querem participar, mas são constrangidos a não o fazer. Geralmente o sujeito “cheio de direitos” é aquele que tem algum conhecimento sobre os seus e questiona esses sujeitos. Eles não são bem-vistos, nem bem-quisitos na maioria dos lugares, pois às vezes são perseguidos e desrespeitados. Quem dera todos de fato conseguissem serem cheios de direitos.

Sendo esse um país de direitos concedidos, quem tem o poder nas mãos é quem determina. A democracia parece ser validada apenas na hora de votar não à toa, que muitas pessoas dizem que só são vistas, validadas e têm acesso a seus direitos em tempos de eleição, como se a sua única função fosse escolher quem mandará nelas pelos próximos anos. Muitas vezes estão tão negados de seus direitos que qualquer feira, saco de cimento, faz de um desconhecido, ou daquele que só aparece de quatro em quatro anos, um salvador da pátria. Enquanto isso as vulnerabilidades e desigualdades crescem. Ficando de lado as potencialidades dos territórios que poderiam ser aproveitadas e são deixadas a cargo dessas pessoas, e desse Estado, assim a cidadania é colocada de lado e a *estadania* prevalece como dizem Andrade, Castro e Pereira (2011).

É preciso tirar das costas dos sujeitos o peso da culpa pela pobreza, miséria e todas as questões sociais. Isso paralisa ainda mais os indivíduos. Meritocracia é uma questão de esforço. É fácil falar de barriga cheia e com todas as portas abertas para você. Colocam a pobreza como uma escolha, falta de esforço e muitos daqueles mais roubados de seus direitos e de sua dignidade acreditam nisso.

A participação política deve acontecer em todos os espaços e deve ser incentivada indo desde os territórios até as conferências nacionais, é preciso ampliar os horizontes e buscar essa interação e atuação do povo em todos os meios possíveis. A um lema utilizado pelas pessoas com deficiência que diz: “ nada sobre nós sem nós”, na qual se busca ser protagonista da própria história e ter participação efetiva sobre aquilo que irá influenciar sua vida, esse lema deve ser adotado por todo povo.

### 3 CAPÍTULO II - CONCEITUAL

#### 3.1 Papéis ocupados pela mulher na sociedade ontem e hoje e a influência do patriarcado

A Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei. Entretanto, na prática, essa igualdade ainda não é vivenciada plenamente na sociedade. Isso se deve, em grande parte, à presença histórica do patriarcado, que limitou o papel da mulher ao âmbito doméstico e reforçou a dominação masculina. Atualmente, apesar das conquistas, as mulheres ainda enfrentam desafios no mercado de trabalho, sendo maioria no desemprego e subemprego e ocupando funções com menor remuneração e reconhecimento, além de enfrentarem pressões sociais relacionadas à maternidade, beleza e consumo.

Em seu artigo 5º, a Constituição Federal de 1988 afirma que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza e no inciso primeiro diz que “- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). ‘Iguais perante lei’. Será? E na sociedade como de fato essa igualdade é vivenciada? E as obrigações?

O patriarcado está presente na sociedade não é de hoje, Engels (1984), já trazia que com a domesticação dos animais, o desenvolvimento da agricultura e a escravidão surgiria a propriedade privada, a monogamia e a dominação do homem sobre a mulher. O autor diz que: “a primeira propriedade privada foi a mulher que se tornou do homem”. Antes desse período, em algumas sociedades, a mulher tinha uma posição mais relevante, já que era responsável por manter a espécie e trabalhar. Com essas novas relações sociais acontecendo, o homem foi ganhando cada vez mais espaço na sociedade e a mulher ficando subjugada e determinada, estando limitada ao âmbito doméstico.

O patriarcado é um sistema de poder que se consubstancia através da dominação do masculino, em detrimento do feminino. Nesse sentido, tudo que é considerado feminino é subjugado e inferiorizado, quisto de uma forma pejorativa e negativa. Criam-se então, diferentes estereótipos de gênero para cada sexo biológico, postos um em contraposição ao outro. Ressalta-se que gênero é compreendido como as diferentes atribuições sociais dadas a cada um dos respectivos sexos, e, no mundo atual, o masculino é a força, a dominação, o espaço público (PINTO, 2017, p.26 *apud* SAFFIOTI, 2004).

Desde a instituição da propriedade privada, o homem detém o poder. As formas de produção estão sob seu domínio e as mulheres são vistas como parte do seu acervo, a elas sendo dada apenas a possibilidade de gerar herdeiros. Com sua inserção no mercado de trabalho, as

mulheres passaram a ser usadas para dar lucro. Agora usam seu corpo e sua mão de obra, trabalhando por horas excessivas e recebendo menos que os homens. São submetidas a várias formas de abusos dentro das fábricas e de suas casas e hoje elas ainda, em sua maioria, estão submissas aos homens, ganhando menos e com dupla jornada de trabalho (BRAGA, 2019).

[...] Percebesse que esse processo de submissão, ocorreu lentamente, quando a humanidade em seu processo de evolução, ancorada ora nos conceitos religiosos e culturais, ora econômicos, submeteu a mulher a um “código de conduta” perverso, transformando-a em um sexo inferior (BRAGA, 2019, p.02).

Mesmo com tantos debates sobre igualdade de gênero, ainda se ouve a frase “coisas de menino e coisas de menina”. Geralmente as coisas de menino estão atreladas à força, a esportes como futebol, lutas, enquanto as meninas são associadas com o cuidado com a casa, dos irmãos mais novos, costura, brincadeira de boneca e atividades ligadas ao âmbito doméstico. Essa frase é um pequeno fragmento de uma cultura machista e patriarcal na qual vivemos, mesmo as mulheres tendo tido avanços nas suas conquistas de direitos. Quando já na infância damos funções diferentes aos meninos e as meninas, reproduzindo mais uma vez as desigualdades, isto começa na brincadeira e continua até o momento em que a mulher não pode estudar porque precisa cuidar do filho, quando ela tem a mesma formação e recebe menos ou quando as leis e políticas públicas para elas são decididas por homens.

Refletir sobre essas questões já com as crianças se faz necessário, para que continuemos construindo uma sociedade onde essa discussão possa ser elevada. Ainda estamos discutindo o ir e vir da mulher sem ser violada, importunada, seu direito de escolher estar ou não em um relacionamento, de decidir sobre seu corpo. O artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, diz que; “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e a segurança pessoal”. O Atlas da violência de 2021 do IPEA trouxe dados de 2019 mostrando que houve uma diminuição dos homicídios femininos. Foram 3.737 assassinatos, ou seja, uma redução de 17,3% em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar que enquanto isso houve um aumento de na morte de mulheres de forma violenta, sem indicação de causa. Outro dado importante trata do aumento da porcentagem de mulheres negras mortas enquanto há uma diminuição das mulheres não negras.

[...] em 2009, a taxa de mortalidade entre mulheres negras era de 4,9 por 100 mil, ao passo que entre não negras a taxa era de 3,3 por 100 mil. Pouco mais de uma década depois, em 2019, a taxa de mortalidade de mulheres negras caiu para 4,1 por 100 mil, redução de 15,7%, e entre não negras para 2,5 por 100 mil, redução de 24,5%. Se considerarmos a diferença entre as duas taxas verificamos que, em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze

anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras (IPEA, 2021, p.38).

Em 2022 aumentou o número de mulheres vítimas de feminicídio e de homicídios femininos, na contramão dos dados de assassinatos em geral, que diminuíram. Se passaram 74 anos desde a DUDH e mulheres ainda estão reivindicando o direito de viver. Elas têm sua liberdade restrita, medo de falar, de se relacionar, caminhar na rua, vestir a roupa que deseja; têm medo até de gerar outra mulher por saber como é perigoso viver nessa sociedade ocupando este lugar. Como haver segurança pessoal, se até dentro de casa estão em risco e é lá que sofrem as piores violências?

Hoje as mulheres já não estão apenas no âmbito doméstico, precisaram sair para o mercado de trabalho. Vivem como verdadeiras malabaristas tentando equilibrar trabalho, afazeres domésticos, ser mãe, vida acadêmica, pressão por padrões de beleza, consumismo e uma culpa eterna. Ainda são maioria no desemprego e subemprego e ocupam funções em sua maioria relacionadas aos cuidados e a questões domésticas e quando saem desses âmbitos, geralmente são gerenciadas por homens, mesmo que tenham mais qualificação profissional.

A luta das mulheres está na libertação das amarras de um senso moral de um senso moral construído pela cultura machista, cristalizada durante séculos. Não é apenas pela igualdade econômica e política que as mulheres conquistam seu espaço, mas são também na construção de uma sociedade livre de relações preconceituosas e discriminações. Trata-se de uma luta pela liberdade, para além da equiparação de direitos, e pelo respeito à alteridade. (PEDRO e GUEDES, p.05, 2010)

### **3.2 Apanhado histórico de acontecimentos e direitos das mulheres no Brasil**

A participação da mulher na sociedade vem sendo impulsionada por legislações importantes, mas é preciso analisar diversos fatores para entender como cada mulher foi de fato beneficiada por essas leis. Embora já em 1827 fosse permitido que meninas frequentassem escolas, a abolição da escravidão só veio em 1888, o que levanta questionamentos sobre como ficaram as meninas escravas e pobres que, mesmo tendo o direito de estudar, enfrentavam barreiras sociais e econômicas para tal.

Além disso, durante a luta pelo direito ao voto, algumas mulheres precisavam trabalhar em empregos precários com jornadas excessivas para garantir sua sobrevivência, enquanto outras batalhavam pelos seus direitos políticos. Portanto, é fundamental considerar as diversas realidades enfrentadas pelas mulheres, bem como as diferentes demandas de cada grupo, para que as legislações possam de fato promover a igualdade de gênero.

1827 – Meninas são liberadas para frequentarem a escola além do primário, a partir da Lei Geral, além de um ensino limitado as meninas tinham aulas de afazeres domésticos, até hoje muitas deixam a escola para cuidar dos irmãos, filhos ou porque precisam trabalhar;

1879 – Mulheres conquistam o direito ao acesso às faculdades. Hoje no Brasil temos mais mulheres que homens nos cursos de ensino superior, mas quando vamos para o mercado de trabalho os espaços de poder e os salários mais altos são os homens que estão na frente.

1910 – O primeiro partido político feminino é criado;

1927 – Primeira mulher a votar na América Latina, Celina Guimarães Viana, em uma eleição que se tornou viável por meio de uma lei estadual, em Mossoró, no Rio Grande do Norte;

1928 – Alzira Soriano primeira mulher eleita no país, se elegeu como prefeita da cidade de Lajes-RN, em um momento onde as mulheres, se quer podiam votar.

1932 – Mulheres conquistam o direito ao voto, que era reivindicado desde 1891. entre 2016 e 2022 cerca 52% do eleitorado foi constituído de mulheres, 33% de candidaturas femininas e 15% de eleitas, segundo o (TSE,2023), mostrando que mesmo sendo maioria mulheres não votam em mulheres;

1960 – O Anticoncepcional adentra a vida das mulheres possibilitando que elas possam escolher o momento da maternidade;

1962 – É criado o Estatuto da Mulher Casada Lei 4.121/1962; mulheres não precisam mais de autorização do marido para trabalhar, é importante lembrar que 2 anos depois começa no Brasil o processo de Ditadura militar e as mulheres são fortemente atingidas por ele;

1974 – Mulheres conquistam o direito de portarem um cartão de crédito; até então, mulheres solteiras ou divorciadas só poderiam solicitar um cartão de crédito se um homem fosse assinar o contrato, a mulher era limitada economicamente;

1977 – A Lei do Divórcio é aprovada a partir da Lei nº 6.515/1977, mesmo assim muitas mulheres se mantinham em relações abusivas e infelizes por medos dos preconceitos que sofriam da sociedade, até hoje mulheres vivem em relações abusivas, seja por medo, falta de recursos ou ainda por receio da sociedade;

1979 – Mulheres garantem o direito à prática do futebol; as mulheres eram proibidas de praticar esportes “incompatíveis com sua natureza”. Tem-se reflexos disso até hoje,

basta pensar nos milhões que são investidos no futebol masculino enquanto o feminino mal consegue um patrocínio, quando consegue;

1985 – É criada a primeira Delegacia da Mulher. Ainda hoje existem cidades que não tem delegacia da mulher, submetendo vítimas de violência doméstica e outras a revitimização, pois muitas vezes são atendidas por homens que trazem essa cultura machista e vê a mulher como objeto;

1988 – A Constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens em direitos e obrigações, mas quando falamos em dupla ou tripla jornada a mulher é a personagem envolvida, os filhos na grande maioria das vezes são abandonados pelos pais, mostrando que se no direito já não é bem assim, nas obrigações muito menos;

2002 – “Falta da virgindade” deixa de ser motivo para anular o casamento, isso mostra como a mulher foi e ainda é muitas vezes tratada como objeto do homem, ninguém pode “usar antes de mim”, é importante observar que já no século XXI essa lei deixa de ser executada;

2006 – É sancionada a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006; essa lei é um marco na vida de todas as mulheres, a partir dela a sociedade passou a compreender a violência em sentido mais amplo, para além da agressão física;

2010 – Foi eleita a primeira presidente do Brasil, que sofreu impeachment em 2016 por ser acusada pelas pedaladas fiscais, importante frisar que outros presidentes fizeram o mesmo e não sofreram o mesmo, somado a isso, propagandas vexatórias as quais na época foi submetida, colocando muitas vezes como responsabilidade das questões instáveis do país o fato de esta sendo conduzido por uma mulher.

2015 – É aprovada a Lei do Feminicídio. Lei nº 13.104/2015 nela o feminicídio é considerado crime de homicídio qualificado; agravar as penalidades é um passo, mas é preciso garantir o direito à vida;

2015 – Pec das Domésticas; Lei Complementar Nº 150/2015, até então os trabalhos no âmbito domésticos eram informalizados e mesmo após a aprovação da lei, muitas mulheres ainda trabalham de forma ilegal sem garantia dos mínimos direitos trabalhista ou foram demitidas e ficaram em sub empregos;

2018 – A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime (Lei nº 13.718/2018);

2021 – É criada lei para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, a Lei 14.192/21 estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a

violência política contra a mulher ao longo das eleições e durante o exercício de direitos políticos e de funções públicas. Uma lei precisou ser criada, visto os vários tipos de violências sofridos por mulheres no âmbito da política, mais um exemplo de como ocupar espaços de poder é um grande desafio que precisa ser enfrentado diariamente.

Essas legislações podem ser consideradas avanços, mas como diz Silva (2010) ainda há muito a ser feito para que a mulher saia da submissão, o Estado precisa investir em mais políticas públicas voltadas para mulheres e o protagonismo deve ser estimulado para que elas ampliem seu espaço na vida pública em busca da efetivação dos direitos conquistados e conquista de nossos, assim de fato as mulheres terão mais possibilidades de serem protagonistas da sua vida.

### **3.3 Proteção Social Básica, CRAS e PAIF**

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), é unidade de proteção social básica do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, oferta serviços de caráter preventivo, protetivo e proativos, com objetivo de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos e cidadania (CADERNO DE ORIENTAÇÃO CRAS v.1, 2009).

[...] entende-se por Proteção Social as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades”. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. (PNAS/2004, p. 31)

Todo CRAS deve obrigatoriamente ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que têm como eixos principais a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, trabalhando com as famílias de forma continuada para fortalecer sua função proativa, protetiva e prevenir a ruptura dos vínculos e melhorar a qualidade de vida.

A proteção vai além da percepção e atuação nas vulnerabilidades e riscos. Ela envolve também o desenvolvimento de potencialidades, pois se entende que mesmo o vulnerável tem

possibilidades que podem ser desenvolvidas. Sendo assim, é preciso um olhar que vá além do problema e das limitações apresentadas pelos sujeitos e a provocação desses sujeitos também, que muitas vezes, diante do não acesso ou negação de direitos, não têm perspectivas.

### 3.4 As mulheres do CRAS Frei Damião

O CRAS Frei Damião está localizado em um território pertencente a cidade de Buíque-PE, no agreste meridional, sendo uma cidade com diversidade cultural histórica, onde encontra-se o Vale do Catimbau, eleito uma das sete maravilhas de Pernambuco. Possui territórios indígenas (*Kapinawá*) e de povos remanescentes dos Quilombos (Mundo Novo). Se destaca pelo turismo ao Vale do Catimbau, a bacia leiteira e a pecuária.

Na periferia da cidade encontra-se o bairro Frei Damião, um território que possui famílias que moram em residência de ocupação irregular e casas populares. Em sua grande maioria, a população vive em situação de pobreza ou extrema pobreza, em que boa parte das famílias é numerosa com muitos filhos. As mulheres iniciam a maternidade precocemente, quando também deixam a escola.

O mercado de trabalho é mínimo e quando há ofertas, são em sua maioria trabalhos informais, que exploram ao máximo o trabalhador, pagando o mínimo, sem garantia de direitos trabalhistas. Nesse cenário, as mulheres sofrem mais por virem em grande parte de uma cultura de povos tradicionais, que sofreram com usurpação de sua história em um contexto de escravidão e exploração da força de trabalho. Essas mulheres eram responsáveis pelo cuidado e afazeres domésticos e ainda hoje há resquícios disso.

[...] Os valores culturais da sociedade atual é um reflexo histórico que nos remete ao continente europeu. É evidente que nossa cultura tem fortes raízes africanas em função do modelo econômico da época baseado na mão-de-obra escrava, condição que só se alterou ao menos formalmente em 1888. Entretanto, na condição de escravos, não possuíam o poder de estabelecer normas e valores. O mesmo aconteceu com os indígenas, povos que aqui já estavam quando os portugueses descobriram o Brasil. Com o uso da força e subjugando outros povos, Portugal trouxe o modelo europeu de organização social e em terras brasileiras constituiu uma sociedade em que as mulheres eram vistas como objeto, coisa, propriedade. Sob a vida delas, pais, maridos e donos podiam livremente tratar sem que houvesse nenhum tipo de oposição (BRAGA, 2019, p.309).

Tem-se no território uma alta demanda na busca por serviços e benefícios socioassistenciais, que instantaneamente minimizam a situação, mas não a resolvem. Se uma família está em situação de insegurança alimentar e recebe uma cesta básica, foi sanada uma necessidade momentânea. Contudo, depois que esse benefício acabar, provavelmente a pessoa vai voltar ao serviço buscando mais, o que gera um ciclo de dependência e não de autonomia.

O serviço do CRAS tem como maior público mulheres, que vão em busca de benefícios. Diante do acolhimento e escuta, percebe-se que em sua maioria não estão inseridas no mercado de trabalho ou estão em subempregos. Das que são mãe solo, poucas recebem pensão alimentícia e algumas só têm como renda o Bolsa família. As que têm o benefício são casadas ou vivem em união estável. Seus parceiros ou são agricultores, estão em subempregos ou desempregados e elas ficam responsáveis pelos filhos e o lar.

Todas essas condições deixam essas mulheres em posições de subalternidade e vulnerabilidade. Elas veem suas avós, mãe e irmãs ocupando esse espaço de mulher do lar. Muitas saem de casa cedo por não aguentarem as agressões sofridas por parte de pais, irmãos e entram em relações conjugais abusivas. Elas saem da escola e ficam sob domínio de outro homem, deixam de ser agredidas pelo pai e passam a ser agredidas pelo marido, logo engravidam e ficam ainda mais dependentes do trabalho, para poder sustentar a si e um filho.

Diante das vulnerabilidades apresentadas são inseridas no PAIF, é nesses encontros que elas partilham do cansaço do dia a dia, conflitos e da culpa que carregam, por nunca acharem que fazem o suficiente e por não verem possibilidades. Algumas sofrem tantos tipos de violência e há tanto tempo, que é como se estivessem entorpecidas. E quando são orientadas sobre seus direitos e possibilidades, dizem que não querem perder a família ou que não conseguem dar de conta de tudo sozinha, pois estão fragilizadas, culpabilizadas e sem perspectivas para além do que lhe impuseram.

Opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos. Antes eles se apresentam como dimensões específicas de um mesmo processo multidimensional. Ainda que sua raiz seja de natureza econômica, este processo apresenta outras dimensões: política, cultural, social, sexual, etc. [...] Entretanto, é preciso chamar atenção para o fato de que opressão e exploração não tem um fundamento diferente. Em última instância, ambas estão enraizadas na economia, ainda que a dimensão opressão se faça revestir de evidentes elementos ideológicos (SAFFIOTI, 1984, p.19).

A falta de trabalho, qualificação profissional e empoderamento faz com que essas mulheres estejam limitadas. Elas têm potencialidades que não estão sendo aproveitadas e não basta dá uma renda a elas. É preciso que compreendam seu papel para além do que lhe impõem, ou seja, ressignificar as culpas que dificultam seu caminhar, conhecer as questões sociais, as desigualdades de gênero. Para através do entendimento de onde estão, quem são e as mazelas as quais vivenciam diariamente, possam quebrar as correntes mentais que lhe colocaram compreendendo que, apesar de que esse não ser um caminho curto, ele é possível.

### 3.5 Trabalho e Renda, Participação social, Protagonismo

Mulheres são a maioria da população e a minoria no mercado de trabalho. Quando mães de crianças até três anos, os números são menores ainda mais, sejam pretas ou pardas. As que estão no mercado de trabalho geralmente ocupam funções voltadas ao cuidado e às atividades domésticas. Elas são menos remuneradas como trazem Pinheiro e Wachhlz *et al*, (2020), trabalham mais horas e ainda tem a dupla ou tripla jornada de trabalho, o que as prejudica no tempo de qualificação profissional. Há também aquelas que se dedicam ao cuidado e afazeres domésticos e não têm remuneração alguma, distanciando-se ainda mais da possibilidade de acesso a bens, serviços e investimento pessoal.

As conquistas femininas não se deram porque o homem achou que elas mereciam. Elas foram baseadas em muita luta, mortes e sacrifícios e elas estão cada vez mais ocupadas e a cada dia se coloca uma nova tarefa para elas. Elas vão ficando sem tempo para refletir, questionar, incentivadas ao consumo, cobradas por mais qualificação, pressão por um corpo padrão, a família perfeita. Parece que querem uma máquina, na qual o individualismo e, principalmente a rivalidade, são cada vez mais incentivados; a sororidade é uma palavra bonita, mas pouco praticada.

[...] os seres humanos são historicamente constituídos pelo entrelaçamento das dimensões subjetivas e objetivas, sendo, portanto, plenos de capacidade de mudança. Daí a importância de se garantir o acesso aos espaços de participação social e a direitos para o processo de transformação individual e coletiva. (Caderno de orientação PAIF, v.1, p.19)

Até o excesso de tarefas e cobranças parecem ser uma forma das mulheres continuarem subjugadas. Como discutir, refletir se tem a roupa para lavar, trabalho para terminar, filho, marido e as redes sociais. A essência dos movimentos sociais parece que vem se perdendo, pois vende-se a ideia de que uma postagem numa rede social é uma revolução. Enquanto isso, os movimentos sociais se enfraquecem, as mulheres que participam deles são ridicularizadas, a participação em conselhos de direitos, pouca participação conferências e assim homens continuam definindo a vida das mulheres.

Conforme aponta Hasunuma (2019), se as mulheres em suas diversas atividades fossem mais representadas em cargos políticos, existiria uma garantia maior do desenvolvimento de políticas públicas que visam o equilíbrio do trabalho-família e a acessibilidade de creches. Ao incluir as mulheres nesses cargos, é possível ouvir suas opiniões e abordar as perspectivas de gênero, considerando suas necessidades (WRIGHT, 2019). (PINHEIRO e WACHHLZ, p.95 *apud*).

Entanto as mulheres continuam morrendo vítimas de homens, que as consideram como um objeto de sua posse, o que comprova que elas não conseguem ser iguais na lei e nem nas obrigações. Trabalham mais, ganham menos, estudam mais, ocupam cargo inferiores, são força e resistência, mas ainda dizem ser elas o sexo frágil. Não! Elas não conseguiram ser iguais em direitos e os homens não querem partilhar as obrigações. Grandes passos já foram dados, mas é preciso dar continuidade continuar lutando, para quem sabe um dia garantir de fato a justiça social essa igualdade.

Igualdade de gênero é o quinto dos dezessete Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030, que visa avanço no alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Pinheiro e Wachholz (2020), o objetivo é trazer a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, Nações Unidas Brasil (2023). Ter esse tema em uma discussão a nível mundial mostra como o assunto vem sendo colocado em pauta e que a garantia dessa igualdade não beneficia só a mulher e sim a sociedade como um todo.

O projeto de intervenção que será proposto não só visa a busca por essa igualdade como propõe geração de renda através de trabalho com materiais que irão garantir uma comunidade mais sustentável, já que as oficinas usam matérias recicláveis como matéria prima, visa também a educação dessas mulheres para compreensão do contexto onde estão inseridas e as possibilidades de protagonismo que tem apesar das opressões impostas a elas, saúde e bem-estar, visto que estarão em ambiente onde serão ouvidas, acolhidas e respeitadas, além de estarem em coletivo, com o que for produzido nas oficinas poderão ser vendidos gerando renda que possibilita acesso a bens e serviços diminuindo assim as vulnerabilidades e a pobreza a que essas mulheres estão expostas.

## 4 CAPÍTULO III - PROJETO DE INTERVENÇÃO

### 4.1 Tema e Resumo

#### Tema

**Transformar e Transformar-se:** o Despertar das Mulheres do Grupo PAIF no CRAS Frei Damião na Cidade de Buíque-PE, Através do Protagonismo, Participação Social, Trabalho e Renda

#### Resumo

Esse projeto de intervenção foi idealizado visando sua execução no grupo PAIF do CRAS Frei Damião na cidade de Buíque-PE, no intuito de beneficiar um grupo de mulheres entre dezesseis e trinta anos, que estão desempregadas, são mães, não tem renda ou são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essas mulheres estão em um território de múltiplas vulnerabilidades e tendo o patriarcado e machismo influenciando diretamente a vida delas, que tem como função principal o cuidado e a servidão, reverberando uma cultura que não às possibilita olhar além e se perceberem como protagonistas, detentoras de direitos e abertas a oportunidades que não as alcançam devido à submissão que lhe são impostas pela sociedade que as coloca em posição de inferioridade diante dos homens em todos os âmbitos. Objetivando a conscientização crítica desse lugar em que estão colocadas, bem como as questões que dificultam seu protagonismo, acesso ao mercado de trabalho e renda, este projeto se propõe a ofertar oficinas com materiais recicláveis que confeccionem produtos que possam ser vendidos, possibilitando uma geração de renda que dará acesso a bens e serviços. Isto será feito através das discussões propostas atreladas às oficinas, trazendo e destacando a importância do protagonismo, trabalho e renda, assim como a participação social nos espaços de poder e decisão, para garantia da efetivação de direitos e cidadania e rompimento dessas culturas limitantes.

### 4.2 Contextualização

Esse projeto foi pensado para ser executado na sede do CRAS Frei Damião na cidade de Buíque-PE, que está localizada sobre o Agreste Meridional com população estimada segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE de cerca de 59.448 pessoas no ano de (2021), tendo (3.179 pessoas ocupadas) apenas 5,4% da população em (2020). É uma região impactada fortemente pela presença do patriarcado e machismo, que geram uma série de questões sociais e retrocessos resultando em vulnerabilidades e riscos, sendo mais atingidas nesse meio as mulheres de baixa renda que ocupam lugares de subserviência, a elas é designado

o cuidado e os afazeres domésticos não as oportunizando acesso a ações, bens e serviços que as gerem renda e protagonismo.

Viver em um ambiente onde violência doméstica, abuso e exploração infanto-juvenil, tráfico de drogas, falta de planejamento familiar, evasão escolar, desemprego, além da prevalência do assistencialismo é parte da vivência cotidiana dessas meninas e mulheres, junto com esse patriarcado que as oprime e viola o tempo todo, já que não há espaço para muitas perspectivas.

Protagonismo, empoderamento, participação social, trabalho e renda são causas justas e necessárias, mas que vêm sendo suprimidas, assim como tantos os assuntos que levam ao transcender da consciência crítica do proletariado, corrompido e modificado pelo Capital. Se empoderar é ser vendido como usar determinado produto de beleza. Protagonizar virou sinônimo de ganhar *likes* e vestir roupa de marcas famosas. A participação social é demonizada e estão sempre atrás na fila do trabalho e dos salários, sendo subnegadas e não se percebendo presas a um emaranhado de negações de direitos em um sistema capitalista, que lucra através da sua pobreza e submissão atreladas à falta de entendimento do lugar que podem e devem ocupar.

Este projeto foi pensado para um público-alvo de adolescentes e mulheres adultas entre dezesseis e trinta anos. Apesar de serem de faixa etárias diversas, essas mulheres vivenciam realidades semelhantes, assim como a mesma falta de percepção clara de como essas questões de gênero as afetam. É esse público que acompanhou de algum modo a evolução dos direitos das mulheres nos últimos anos, mas que tem uma visão superficial sobre eles ou mesmo os conhece pouco, pois não é beneficiado por eles.

Quanto menor o acesso a bens e serviços, maior a subserviência sofrida por essas mulheres e seu nível de aceitação e inércia da realidade. Ao transitar no território as vezes tem-se a impressão que se voltou no tempo ou que ele foi paralisado. Mulheres com vários filhos, sem perspectiva, em que grande parcela delas abandonou a escola. Sem orientação sobre planejamento familiar, muitas saíram da casa dos pais para cessaram com os abusos e exploração que sofriam e por isso começam uma vida conjugal precoce geralmente com homens mais velhos e que irão impor a elas viver nesse cenário já descrito onde seu papel é o de cuidar do outro. É a realidade nua e crua representada muito bem na ficção do curta-metragem *Vida Maria*, que traz a vivência de tantas meninas do interior que reproduzem a histórias da bisavó, avó e mãe, não lhes sendo apresentada outra realidade. Às vezes até são apresentadas a uma realidade diferente, mas com tantos obstáculos pelo caminho, pegar o mesmo caminho já trilhado por suas ancestrais parece se o caminho mais acessível de ser alcançado.

Não se pode ignorar que as políticas públicas alcançaram em algum ponto essas mulheres, mas não o suficiente para emancipá-las, programas como o Bolsa Família possibilitam o acesso a uma renda muitas vezes insuficiente para garantir o mínimo de subsistência para elas e suas famílias sendo geralmente é a única renda da qual dispõem, sem oportunidades de trabalho, qualificação profissional, com filhos, não parece haver muitas opções, como despertar para outras possibilidades.

### **4.3 Justificativa**

Em pleno século XXI as lutas por igualdade de gênero, maior espaço da mulher no mercado de trabalho, empoderamento, protagonismo e autonomia já são uma realidade para muitas mulheres, mesmo que com alguns entraves. Contudo, a depender da região, o nível de educação e de como chegam as informações, se é que chegam, esses processos se dão de formas distintas e atingem parcelas menores de mulheres, que entendem seu papel na sociedade como de submissão e servidão aos homens, seja ele seu pai, marido, irmão, filho. São eles que irão ditar sua forma de agir e julgá-la quando não seguir esse padrão imposto.

Esta é uma realidade do território do CRAS Frei Damião, que é observada diante das demandas trazidas por essas mulheres quando solicitam benefícios eventuais ou ainda nos grupos ou roda de conversas, quando relatam essas questões falando do seu cansaço. Porém, não se percebendo nesse contexto que as oprime e limita, estão tão ocupadas cuidando dos filhos, da casa das culpas que carregam, competitividade, padrões inalcançáveis de beleza, consumo, esconder os hematomas das violências sofridas, que não questionam como mudar isso e mesmo questionando não enxergam muitas possibilidades.

Como deixar o agressor que sustenta a casa, como trabalhar se tem cinco filhos para cuidar, não têm creche e opções no mercado de trabalho? A maioria na primeira gravidez já deixa a escola e algumas assim que começam uma relação conjugal. Como trabalhar, onde, o que fazer, como parar para refletir se está ocupada a maior parte do tempo fazendo algo pelo outro ou para o outro?

Possibilitar a conscientização crítica e meios de garantir a subsistência através de uma renda a essas mulheres, ofertar ferramentas que a possibilitem sair da zona desconfortável de permanecer onde estão, pode gerar oportunidade de emancipação política e social trazendo impactos para elas, suas famílias e sua comunidade. Apenas palavras de conforto e inquietação não são suficientes; é preciso fazer mais, dar possibilidades a essas mulheres.

A oferta de oficinas com trabalhos manuais utilizando materiais recicláveis é uma possibilidade de reunir mulheres em um mesmo ambiente, confeccionar produtos com baixo custo de produção, auxiliando o meio ambiente, oportunizando geração de renda, e reflexão sobre vivências e demandas, direcionando a um despertar para a importância de seu protagonismo. Mesmo não tendo um cenário ideal, é possível com pequenas ações e poucos recursos gerar um impacto considerável na vida delas, atrelado a isso a conscientização da importância de compreender o que as oprime, limita e as motiva a permanecer no mesmo lugar. É possível entender como ir de encontro a elas, utilizando o protagonismo e uma visão crítica do seu espaço na sociedade. Isto também possibilita refletir sobre as desigualdades que as atinge pelas questões de gênero e da importância de sua participação social em espaços como conselhos de direitos, conferências e movimentos sociais, além da ocupação dos espaços de poder em todos os níveis.

Para além da renda, essas ações podem proporcionar a essas mulheres novos aprendizados em ambientes diversos, com trocas de experiências e sugestões para questões ali colocadas. Isto possibilita fortalecê-las comunitariamente ao se perceberem dentro de um território que tem fragilidades e potencialidades, assim como elas. Assim, é preciso ajudar a desenvolver um senso crítico de forma a colocar essas mulheres como protagonistas de suas histórias, não vendo o cuidado como única função mas sim como parte de um processo em que há outras perspectivas que não estão tão fora do seu alcance. Por exemplo, como a possibilidade de complementar sua renda permitindo assim, acesso a bens e serviços, estar em espaços participativos para cobrar por seus direitos e propor ações diante das demandas trazidas por sua realidade, desenvolver o sentimento de coletivo e comunidade, o que ajudará elas a romper com o que as limita e as subjuga.

Este projeto traz a proposta de essas mulheres se perceberem dentro desse cenário que as limita, não as culpabilizando e sim as oportunizando através do autoconhecimento, senso crítico e possibilidade de uma renda, viabilizar acesso a bens e serviços, a conscientização da cultura patriarcal e seus prejuízos, pois esse cenário gera ainda mais questões sociais que as afetam e limitam e o protagonismo, autonomia e participação social são instrumentos para combatê-lo.

## **4.4 Objetivos**

### **4.4.1 Objetivo Geral**

Possibilitar o acesso ao trabalho e renda através de oficinas com materiais recicláveis atrelada a promoção da conscientização crítica sobre direitos, cidadania e a importância do protagonismo, autonomia e participação social, nos diversos espaços de poder das mulheres do CRAS Frei Damião.

### **4.4.2- Objetivos Específicos;**

- Analisar e refletir os papéis ocupados pelas mulheres na sociedade seu acesso a direitos e cidadania;
- Ofertar oficinas com materiais recicláveis, visando trabalho e renda que possibilitará acesso a bens e serviços;
- Salientar a importância do protagonismo, autonomia e da participação social em diferentes espaços.

## **4.5 Atividades**

Inicialmente será apresentada a proposta do projeto ao Secretário de Assistência Social, visando sua aprovação, colaboração e financiamento. Sendo aprovado o projeto, será feita uma apresentação sobre seus objetivos para a equipe de executores, que é composta pelo CRAS Frei Damião, sendo um coordenador, um psicólogo, um assistente social, um agente administrativo e um auxiliar de limpeza.

Será feita uma solicitação de facilitador de trabalhos manuais que use como matéria prima material reciclável, sendo este responsável por conduzir as oficinas para confecção de produtos, materiais que possam ser comercializados. Em seguida, haverá a divulgação do projeto, através das redes sociais e cartaz que ficará exposto no CRAS.

Após essas atividades, será realizado um mapeamento com o objetivo de buscar possíveis parcerias com os equipamentos e entidades presentes no território, tais como Escolas de ensino fundamental e médio, SESC, APAE e Associações de bairro. Nelas serão arrecadados os materiais para serem usados nas oficinas e poderão ao final do projeto, ser espaços de exibição dos trabalhos feitos pelas mulheres.

Um Convite para reunião e apresentação do projeto será veiculado entre as possíveis beneficiárias, que serão convidadas para este momento 15 mulheres, dessas, 10 poderão participar das oficinas. A partir da adesão, iniciam-se as oficinas que acontecerão quinzenalmente, sendo ao todo 16 encontros que acontecerão no período de 8 meses, sempre antes do início das oficinas acontecerá um momento de discussão, debate e reflexão feito pela equipe técnica do CRAS, sobre assuntos relacionados a mulher, sociedade, direitos, protagonismo e autoconhecimento.

### **Etapas do Projeto**

**1º Encontro:** Apresentação da equipe do CRAS, do facilitador, contrato de convivência. Esse primeiro encontro o tema que será debatido antes das oficinas é: Quem eu sou e onde estou, autoconhecimento e território.

**2º Encontro:** Tema debatido: Todos são iguais perante a lei, será? Apresentação dos materiais que serão utilizados e alguns objetos que serão confeccionados, início das oficinas.

**3º Encontro:** Tema debatido: Patriarcado e sua influência na vida das mulheres. Oficina.

**4º Encontro:** Tema debatido: Dona de Mim, mulheres para além do cuidado. oficinas.

**5º Encontro:** Tema debatido: Trabalho e renda; qual espaço ocupado pela mulher no mercado de trabalho e quanto elas ganham. oficinas.

**6º Encontro:** Tema debatido: Participação social, nada sobre nós sem nós. oficinas.

**7º Encontro:** Tema debatido: Protagonismo. oficinas.

**8º Encontro:** Tema debatido: Educação financeira. oficinas.

**9º Encontro:** Tema debatido: Contribuindo com um desenvolvimento sustentável, através do uso de material reciclável. oficinas.

**10º Encontro:** Tema debatido: Da cozinha para o mundo: mulheres em espaços de poder e decisão. oficinas.

**11º Encontro:** Tema debatido: A maternidade não precisa ser uma condenação; discutir as dificuldades da maternidade e estratégias para lidar com elas. oficinas.

**12º Encontro:** Tema debatido: Capitalismo o que é? E como ele dificulta minha luta por igualdade. oficinas.

**13º Encontro:** Tema debatido: Padrões de beleza inalcançáveis e consumo como caminho da felicidade. oficinas.

**14º Encontro:** Tema debatido: A culpa não é sua; as culpas que a sociedade impõe e como isso prejudica a vida e a saúde das mulheres. oficinas.

**15º Encontro:** Tema debatido: Seja o que você quiser; o que trabalho e renda podem possibilitar. oficinas.

**16º Encontro:** Tema debatido: O que você transformou nessa jornada e em quem você se transformou. Apresentação ao grupo de objetos confeccionados durante as oficinas e sobre aprendizados adquiridos com as rodas de conversa e debates.

A cada dois meses será feito monitoramento, junto a equipe e as participantes, para levantamento das dificuldades a assiduidade das beneficiárias, se houve desistência, e sugestões para melhor andamento do projeto. Os encontros trimestrais com a equipe técnica e o facilitador das oficinas devem acontecer em dia que não haja encontro e oficinas.

Inicialmente levantamento com o facilitador será feito para entender o andamento das oficinas potencialidades e fragilidades das participantes, devendo a equipe técnica participar e juntos traçarem estratégias para impulsionar o primeiro e minimizar o segundo. Em seguida a equipe técnica deve apresentar feedback sobre os temas debatidos se foram aceitos e compreendidos pelo público, se a linguagem está sendo horizontal e se foi apresentada alguma dificuldade das participantes e da equipe e já buscar meios de sanar ou amenizá-la.

O projeto terá duração de 12 meses e ao final do décimo mês a proposta é levar essas mulheres nas escolas, entidades, associação de bairro, APAE, SESC, que foram parceiras para apresentar as confecções das oficinas e como forma de um exercício de emancipação também falarem um pouco do que lhes foi passado através das palestras, rodas de conversas e debates e se de alguma forma isso impactou suas vidas, dando voz a essas mulheres tão silenciadas. Por fim, será realizado um levantamento dos impactos do projeto no território, junto com as famílias e a comunidade e uma avaliação geral do projeto, seus impactos, potencialidades e dificuldades.

#### **4.6 Metodologia**

O seguinte estudo tem a finalidade de uma pesquisa aplicada, buscando desenvolver um conhecimento sobre um cenário onde as mulheres são subjugadas, ao mesmo tempo que viabiliza meios para minimizar tais questões, com objetivos descritivos, exploratórios embasados em levantamentos bibliográficos e coleta de dados.

Através de uma abordagem qualitativa e quantitativa baseada em dados e estatísticas, interpretando e lendo, partindo do pressuposto que o patriarcado e o não protagonismo feminino

são geradores das demandas latentes em relação às desigualdades de gênero e viabiliza das mulheres a direitos, entendendo como possível solução a conscientização crítica da realidade das mulheres e a geração de renda que possibilitará acesso a bens e serviços, protagonismo e autonomia, tendo como procedimento pesquisas-ação a partir de uma demanda atual para minimizá-lo ou acessá-lo e logo após avalia seus resultados.

O projeto utilizou como instrumentos a observação e a análise crítica reflexiva para o alcance os objetivos propostos serão adotados os seguintes procedimentos; além disso, haverá a exibição do projeto e das perspectivas do seu Impacto dentro do território para a equipe que irá executá-lo.

A ideia é buscar dentro do território parcerias que possam contribuir com o material reciclável facilitando o acesso a serviço, ampliando os espaços para discussões sobre protagonismo, autonomia e participação social. Também será feito um levantamento das mulheres que irão participar do projeto de intervenção, bem como das vulnerabilidades apresentadas por suas famílias ao início do projeto.

O projeto consiste em oficinas quinzenais que serão realizadas no horário vespertino, facilitando a participação das mulheres que têm o período matutino comprometido com os afazeres domésticos. Durante a apresentação do projeto às possíveis participantes, será explicado o resultado esperado com a execução desse projeto.

No início das oficinas, haverá uma apresentação dos envolvidos no projeto e das participantes, além de um conhecimento do local e dos materiais que serão utilizados durante esse período. A cada dois meses, será feita uma reunião para ajustes necessários para melhor execução do projeto.

Além das oficinas, serão trabalhados, por meio de rodas de conversa, palestras e apresentação de curtas-metragens, o protagonismo e empoderamento da mulher, a importância de romper com conservadorismo, assistencialismo e patriarcado, vislumbrando a renda como agente fundamental nesse processo e vislumbrando ações em que se exerça protagonismo.

Será realizada uma circulação pelo território para apresentar o que foi confeccionado nas oficinas, oportunizando essas mulheres a serem protagonistas e falarem sobre suas vivências e os debates trazidos durante as oficinas. O projeto será encerrado com as participantes trazendo reflexão sobre o trajeto que foi vivenciado até então e as perspectivas para o futuro.

Será realizado um levantamento dos impactos que o projeto trouxe às famílias que participaram e uma avaliação do impacto do projeto no território. Além disso, serão trabalhadas, em roda de conversas, palestras e apresentação de curtas-metragens, sobre protagonismo,

participação social, a importância de romper com o assistencialismo, patriarcado e paternalismo, e a renda como agente fundamental nesse processo. Da mesma forma, será realizada uma visita pelo território para apresentar o que foi confeccionado nas oficinas e oportunizar às mulheres serem protagonistas e falarem sobre suas vivências e os assuntos trabalhados para desenvolver seu senso crítico.

Por fim, o projeto será encerrado com as participantes trazendo reflexão sobre o projeto que foi vivenciado até então e as perspectivas para o futuro. Será feito um levantamento dos impactos que o projeto trouxe para as famílias que participaram e uma avaliação do impacto do projeto no território.

#### **4.7 Resultados Esperados**

Espera-se com esse projeto aprofundar os conhecimentos das mulheres sobre sua condição de submissão e desigualdade impulsionada pelo patriarcado. Espera-se ainda que a proposta gere acesso e complemento de sua renda, auxiliem na minimização dessas desigualdades, gerando trabalho e renda, acesso a bens e serviços. Estimular maior participação social das mulheres nos espaços de decisão e sua união para que as suas demandas sejam ouvidas e atendidas, possibilitando impacto não só na sua vida, mas da família, território e toda sociedade.

Por fim, que esse trabalho possa contribuir com as reflexões sobre como ainda existem mulheres que são subnegadas em seus direitos e se quer compreendem isso, por isso esse debate precisa estar não só na cidade, na televisão, mais na zona rural, no bar, na esquina, na conversa com os filhos, na escola em todos.

#### **4.8 Avaliação**

Será feita avaliação *ex-ante* compreendendo se esse projeto é viável ou não naquele território, levando-se em consideração o contexto social, econômico e político e se ele tem eficiência para alcançar os objetivos propostos. Junto com avaliação interna, espera-se que o projeto possa contar com a colaboração dos beneficiários, com natureza somativa produzindo informações sobre a implementação e etapas posteriores, sendo efetuada durante sua execução. Da mesma forma, espera-se colaboração com o monitoramento das atividades e a avaliação *ex-post* executada durante a efetivação do projeto e sua conclusão. Assim, as decisões embasadas nos resultados apresentados por esta, podem estabelecer se o projeto foi de fato efetivo e se os

impactos foram positivos ou negativos, possibilitando futuras alterações e a chance de implementá-lo em outros ambientes (CURY, 2001).

Adotando ainda a avaliação processual a fim identificar dificuldades e potencialidades e fazer as modificações necessárias, visando ao final uma avaliação de impacto usando métodos qualitativos e quantitativos buscando correlacionar se os resultados fazem jus ao que foi proposto.

#### 4.9 Previsão do Cronograma

ETAPAS	MÊS					
	01-02	03-04	05-06	07-08	09-10	11-12
Apresentação do projeto a equipe executora	X					
Solicitação de facilitador de trabalhos manuais	X					
Buscar parcerias	X					
Divulgação do projeto	X					
Apresentação do projeto as possíveis beneficiárias	X					
Início das oficinas e rodas de conversa		X				
Encontros quinzenais		X	X	X	X	
Monitoramento bimestral	X	X	X	X	X	X
Encontros trimestrais com a equipe técnica e o facilitador das oficinas para ajustes necessários		X	X		X	
Exposição das peças confeccionadas					X	
Levantamento dos impactos do projeto no território, junto com as famílias e a comunidade.						X
Avaliação final do projeto						X

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, é possível concluir que a discussão sobre a desigualdade de gênero é de extrema importância para a sociedade atual. A partir de uma abordagem que alia revisão literária a uma abordagem qualitativa e quantitativa, este estudo propôs uma intervenção que visa diminuir as desigualdades enfrentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade. O patriarcado e a negação de direitos são fatores que ampliam a desigualdade de gênero, enquanto o incentivo ao protagonismo e à autonomia feminina diminuem essa lacuna.

No capítulo I deste trabalho, foi apresentado um memorial em que se faz um breve relato da minha caminhada pessoal e profissional até o momento atual. Destacando a importância da contribuição de autores, filmes, documentários e pontos marcantes do percurso da especialização, foi possível elaborar um projeto de intervenção que busca proporcionar espaços de reflexão e debate para mulheres em situação de vulnerabilidade, utilizando oficinas com materiais recicláveis como forma de acesso à renda.

Já no capítulo II, foram abordados aspectos relacionados ao patriarcado e à cultura que envolvem a subalternização das mulheres em detrimento dos homens. Utilizando dados do IBGE, foi possível constatar a realidade das mulheres do grupo PAIF do CRAS Frei Damião, suas vulnerabilidades e sua cultura, que as levam a ocupar cargos com menor destaque, ter maior vulnerabilidade nas questões raciais, disparidade salarial mesmo com maior nível de escolaridade e baixa participação feminina na política. Também foram apresentadas as legislações relacionadas às mulheres, que muitas vezes não são efetivadas na prática, mostrando a relevância contínua da discussão sobre o direito à vida.

No capítulo III, o Projeto de Intervenção, a proposta apresentada busca, então, criar espaços de reflexão e debate para mulheres em situação de vulnerabilidade, a partir de oficinas com materiais recicláveis como forma de acesso à renda. Essa proposta se justifica diante das dificuldades enfrentadas por essas mulheres em termos de acesso a trabalho e renda, bem como da necessidade de incentivar o protagonismo e a autonomia feminina para diminuir a desigualdade de gênero.

A relevância deste trabalho, portanto, vai além da sua contribuição teórica, uma vez que propõe uma transformação real na sociedade, por meio de ações pensadas com embasamentos científicos para intervir nas desigualdades enfrentadas pelas mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. A busca por maior igualdade de gênero é fundamental para que as mulheres possam desempenhar plenamente seu papel na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

Nesse sentido, acredita-se que as iniciativas que visam a promoção do protagonismo e da autonomia feminina devem ser cada vez mais valorizadas e apoiadas. Isso inclui o incentivo à participação das mulheres em espaços de poder e decisão, a oferta de oportunidades de capacitação e formação profissional, a garantia de igualdade salarial e a implementação efetiva de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero.

Por fim, é importante destacar que a elaboração deste trabalho proporcionou um maior aprofundamento no tema da desigualdade de gênero, permitindo uma reflexão crítica sobre os obstáculos que ainda precisam ser superados para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Espera-se que este estudo possa contribuir para a promoção de mudanças significativas na realidade das mulheres em situação de vulnerabilidade, incentivando o protagonismo e a autonomia feminina como forma de ocupar mais espaços de poder e decisão, a fim de que suas demandas e necessidades sejam devidamente representadas e contempladas.

## REFERÊNCIAS

IPEA. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Atlas. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo>>.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

ARAGÃO, José Wellington Marinho de; NETA, Maria Adelina Hayne Mendes. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, v. EDCJ71, 2017. 51 p. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/87042123/aragao-mendes-neta-metodologia-cientifica-para-producao-de-midias-ufba>. Acesso em: 30 jun. 2022. *E-book*.

**ESTATÍSTICAS de Gênero**, v. 2. 12 p. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo)>.pdf. Acesso em: 12 de fev. 2023.

BRASIL, Tv. **Caminhos da Reportagem | Cicatrizes da tristeza**. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4TQL4-54iho&ab\\_channel=TVBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=4TQL4-54iho&ab_channel=TVBrasil). Acesso em: 14 out. 2022.

CAMINHOS da Reportagem | Cicatrizes da tristeza. TV Brasil. 2018. reportagem (58 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4TQL4-54iho&t=2233s>. Acesso em: 26 mai. 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível



[e\\_a%20longa%20e%20dif%c3%adil%20luta%20contra%20a%20invisibilidade%20-%202010.pdf](#). Acesso em: 10.02.2023.

HADDAD-FILHO, Jorge. **A revolução sem armas: pílula anticoncepcional**. 2015. Disponível em: <https://spdm.org.br/blogs/reproducao-humana/a-revolucao-sem-armas-pilula-anticoncepcional/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **ESTATÍSTICAS, e políticas públicas- [S.l.:s.n.]**, 2022. 1 vídeo. (1:42). publicado pelo canal **ESFOSUAS-PE**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jy5Dq9LUy8I>. Acesso em: 26 abr. 2022.

**LIM-15-10-1827**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm). Acesso em: 02 de fev. 2023.

**Mulheres na Política – Cinco fatos sobre a conquista do voto feminino no Brasil – Memorial da Justiça Eleitoral de Goiás**. Disponível em: [https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page\\_id=11051](https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11051). Acesso em: 13 de fev. 2023.

Números de uma tragédia anunciada: 10 mulheres assassinadas todos os dias no Brasil. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/numeros-deuma-tragedia-anunciada-10-mulheres-assassinadas-todos-os-dias-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PASINATO, W. et al. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras-referencias/copy2\\_of\\_entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil#:~:text=O%20governo%20de%20Montoro%20em,sil%2C%20em%20agosto%20de%201985.>](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil#:~:text=O%20governo%20de%20Montoro%20em,sil%2C%20em%20agosto%20de%201985.>). Acesso em: 08 de fev. 2023.

PINTO, Lucas Alencar. **Educar em direitos humanos: um aporte para a implementação da igualdade de gênero. um aporte para a implementação da igualdade de gênero**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39395/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Lucas%20Alencar%20Pinto.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **Lei de 15 de Outubro de 1827.**: Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, RJ, 29 out. 1827. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm). Acesso em: 14 fev. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. Constituição (1962). Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Lei no 4.121, de 27 de Agosto de 1962.**: Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF, 27 ago. 1962. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14121.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm). Acesso em: 08 fev. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. Constituição (1977). Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. **Lei Nº 6.515, de 26 de Dezembro de 1977.**: Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm). Acesso em: 11 fev. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL. Constituição (2006). **Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006**: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Brasília, 07 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL. Constituição (2015). **Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015**.: Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio [...]. BRASÍLIA, DF, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. Constituição (2015). Lei Complementar nº 150/2015, de 01 de junho de 2015. **Lei Complementar Nº 150, de 1º de Junho de 2015**: Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; BRASÍLIA, DF, 01 jun. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em: 08 fev. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL. Constituição (2018). **Lei Nº 13.718, de 24 de Setembro de 2018**.: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo[...]. BRASÍLIA, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL. Constituição (2021). **Lei Nº 14.192, de 4 de Agosto de 2021**: Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; [...]Brasília, DF, 04 ago. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm). Acesso em: 09 fev. 2023.

PRIMEIRO partido feminista do Brasil. 2020. Disponível em: [https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page\\_id=11046#:~:text=Um%20dos%20marcos%20desta%20hist%C3%B3ria,Daltro%20\(1860%2D1935\)](https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11046#:~:text=Um%20dos%20marcos%20desta%20hist%C3%B3ria,Daltro%20(1860%2D1935)). Acesso em: 15 fev. 2023.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, p. 1271-1294, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/JRap/A/Bpm5xsjhwgl54mdx3r7cnp/?Format=Pdf&Lang=Pt>. Acesso: 22.08.2022.

SAFFIOTI, Heleith. **Mulher Brasileira**: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1984.

SECCHI, Leonardo. Introdução: percebendo as políticas públicas. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, 2006, (p.368-375).

SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome Secretaria Nacional de Assistência. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. 2009. Disponível em: 50

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf). Acesso em: 22 dez. 2022.

SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome Secretaria Nacional de Assistência. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. 2012. Disponível em:

[https://more.ufsc.br/homepage/inserir\\_homepage](https://more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage). Acesso em: 20 nov. 2022.

SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência. **Política nacional de assistência social PNAS-2004: norma operacional básica NOB/SUAS**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. 2005. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 23 dez. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, 2006, p. 20-45. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

THAIS BERNARDES (Brasil). Futura. **As conquistas das mulheres ao longo da história**. 2021. Disponível em: <https://www.futura.org.br/as-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

UNIBANCO, Instituto. Ep 1 - **Educação é um Direito**, websérie Nunca Me Sonharam. Instituto Unibanco, | LEG. 14 de out. de 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FG23FkuTlz4&list=PLggyRMb5eNeK7Oq2NA-lRr2FWrdTeB11->. Acesso em: 30 ago. 2022.

VELASCO, Clara *et al.* **Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2023.

VIDA Maria. **2017**. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG\\_htum4&ab\\_channel=VidaMaria](https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4&ab_channel=VidaMaria). Acesso em: 24 fev. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Revista Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2008.

ZIMMERMANN, C. R.; SILVA, M. DA C. O princípio da desmercantilização nas políticas sociais. **Caderno CRH**, v. 22, n. 56, p.345-358, 2009.